

SUDOE
2014-2020

Programa de Cooperación Territorial
Programme de Coopération Territoriale
Programa de Cooperação Territorial
Territorial Cooperation Programme



COOPERAÇÃO TERRITORIAL EUROPEIA

**PROGRAMA DE COOPERAÇÃO
SUDOESTE EUROPEU**

2014-2020

Versão de 02/06/2014

CCI	
Título	<i>Programa de Cooperação Espaço Sudoeste Europeu (SUDOE) 2014-2020</i>
Versão	
Primeiro ano	2014
Último ano	2020
Elegível desde	01/01/2014
Elegível até	31/12/2020
Número da decisão da Comissão Europeia	
Data da decisão da Comissão Europeia	
Número da decisão de alteração do Estado-Membro	
Data da decisão de alteração do Estado-Membro	
Data de entrada em vigor da decisão de alteração do Estado-Membro	
Regiões NUTS abrangidas pelo programa de cooperação	<p>ESPAÑA</p> <ul style="list-style-type: none"> ES11 Galiza ES12 Principado das Astúrias ES13 Cantábria ES21 País Basco ES22 Comunidade Foral de Navarra ES23 A Rioja ES24 Aragão ES30 Comunidade de Madrid ES41 Castilla y León ES42 Castilla La Mancha ES43 Extremadura ES51 Catalunha ES52 Comunidade Valenciana ES53 Ilhas Baleares ES61 Andaluzia ES62 Região de Múrcia ES63 Cidade Autónoma de Ceuta ES64 Cidade Autónoma de Melilla <p>FRANÇA</p> <ul style="list-style-type: none"> FR53 Poitou-Charentes FR61 Aquitaine FR62 Midi-Pyrénées FR63 Limousin FR72 Auvergne FR81 Languedoc-Roussillon <p>PORTUGAL</p> <ul style="list-style-type: none"> PT11 Norte PT15 Algarve PT16 Centro (PT) PT17 Lisboa PT18 Alentejo <p>REINO UNIDO</p> <ul style="list-style-type: none"> UKZZ Gibraltar

SECÇÃO 1.....	7
Contributo da estratégia do Programa de cooperação para a estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e em benefício da coesão económica, social e territorial.....	7
1.1 Contributo da estratégia do Programa operacional para a estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e em benefício da coesão económica, social e territorial.....	7
1.1.1 Descrição do contributo da estratégia do Programa de cooperação para o desenvolvimento da estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e em benefício da coesão económica, social e territorial.....	7
1.1.2 Fundamentação da seleção dos objetivos temáticos e das correspondentes prioridades de investimento, tendo em conta o Acordo de Parceria, baseado na análise das necessidades na zona elegível do Programa no seu conjunto e da estratégia adotada em resposta a essas necessidades, incluindo, se for caso disso, as ligações que faltam nas infraestruturas transfronteiriças, tendo em conta a avaliação ex ante. .	24
1.2 Fundamentação da repartição da dotação financeira	26
SECÇÃO 2.....	33
EIXOS PRIORITÁRIOS	33
2.A. Descrição dos eixos prioritários distintos do da assistência técnica	33
2.A.1. EIXO PRIORITÁRIO 1: PROMOVER A INVESTIGAÇÃO, O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E A INOVAÇÃO	34
2.A.2 Fundamentação do estabelecimento de um eixo prioritário que engloba mais do que um objetivo temático.....	35
2.A.3 Fundo e base de cálculo do apoio financeiro da União.....	35
2.A.4 Prioridade de Investimento 1b (PI 1b).....	35
2.A.5 Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e aos resultados esperados (PI 1b).....	35
2.A.6 Ações que serão financiadas no âmbito da prioridade de investimento (PI 1b).....	38
2.A.6.1 Descrição da tipologia de ações que serão financiadas, com exemplos, ou o seu contributo previsto para objetivos específicos, incluindo, se aplicável, a identificação dos principais grupos destinatários, dos territórios específicos, destinatários e dos tipos de beneficiários (PI 1b).	38
2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção de operações (PI 1b).....	41
2.A.6.5 Indicadores de resultado (por prioridade de investimento) (PI 1b).....	41

2.A.1. EIXO PRIORITÁRIO 2: MELHORAR A COMPETITIVIDADE DAS PME	42
2.A.2 Fundamentação do estabelecimento de um eixo prioritário que abrange mais do que um objetivo temático.....	43
2.A.3 Fundo e base de cálculo do apoio financeiro da União	43
2.A.4 Prioridade de Investimento 3a (PI 3a).	43
2.A.5 Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e resultados esperados (PI 3a).....	43
2.A.6 Ações que serão financiadas no âmbito da prioridade de investimento (PI 3a).....	45
2.A.6.1 Descrição da tipologia de ações que serão financiadas, com exemplos, ou o seu contributo previsto para objetivos específicos, incluindo, se aplicável, a identificação dos principais grupos destinatários, dos territórios específicos, destinatários e dos tipos de beneficiários (PI 3a).....	45
2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção de operações (PI 3a).....	46
2.A.6.5 Indicadores de resultado (por prioridade de investimento) (PI 3a).....	47
2.A.4 Prioridade de Investimento 3b (PI 3b).....	47
2.A.5 Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e resultados esperados (PI 3b).....	47
2.A.6 Ações que serão financiadas no âmbito da prioridade de investimento (PI 3b).....	49
2.A.6.1 Descrição da tipologia de ações que serão financiadas, com exemplos, ou o seu contributo previsto para os objetivos específicos, incluindo, se aplicável, a identificação dos principais grupos destinatários, dos territórios específicos, destinatários e dos tipos de beneficiários (PI 3b).....	49
2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção de operações (PI 3b).....	50
2.A.6.5 Indicadores de resultado (por prioridade de investimento) (PI 3b).....	50
2.A.1 EIXO PRIORITÁRIO 3: FAVORECER A TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA DE BAIXO CARBONO EM TODOS OS SETORES.....	52
2.A.2 Fundamentação da criação de um eixo prioritário que cubra mais do que um objetivo temático.....	53
2.A.3 Fundo e base de cálculo do apoio financeiro da União	53
2.A.4 Prioridade de Investimento 4c (PI 4c).....	53
2.A.5 Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e aos resultados esperados (PI 4c).	53
2.A.6 Ações que serão financiadas no âmbito da prioridade de investimento (PI 4c).....	55

2.A.6.1 Descrição das tipologias de ações que serão financiadas, com exemplos, ou o seu contributo previsto para os objetivos específicos, incluindo, se aplicável, a identificação dos principais grupos destinatários, dos territórios específicos, destinatários e dos tipos de beneficiários (PI 4c).	55
2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção de operações (PI 4c).	59
2.A.6.5 Indicadores de resultado (por prioridade de investimento) (PI 4c).	60
2.A.1. EIXO PRIORITÁRIO 4: PROMOVER A ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E A PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS.....	61
2.A.2 Fundamentação do estabelecimento de um eixo prioritário que abranja mais do que um objetivo temático.....	62
2.A.3 Fundo e base de cálculo do apoio financeiro da União.....	62
2.A.4 Prioridade de Investimento 5b (PI 5b).....	62
2.A.5 Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e resultados esperados (PI 5b).....	62
2.A.6 Ações que serão financiadas no âmbito da prioridade de investimento (PI 5b).....	64
2.A.6.1 Descrição da tipologia de ações que serão financiadas, com exemplos, ou o seu contributo previsto para os objetivos específicos, incluindo, se aplicável, a identificação dos principais grupos destinatários, dos territórios específicos, destinatários e dos tipos de beneficiários (PI 5b).....	64
2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção de operações (PI 5b).....	67
2.A.6.5 Indicadores de resultado (por prioridade de investimento) (PI 5b).....	67
2.A.1. EIXO PRIORITÁRIO 5: PROTEGER O MEIO AMBIENTE E PROMOVER A EFICIÊNCIA NO QUE RESPEITA AOS RECURSOS	69
2.A.2 Fundamentação do estabelecimento de um eixo prioritário que abranja mais do que um objetivo temático.....	70
2.A.3 Fundo e base de cálculo do apoio financeiro da União.....	70
2.A.4 Prioridade de Investimento 6c (PI 6c).....	70
2.A.5 Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e resultados esperados (PI 6c).	70
2.A.6 Ações que serão financiadas no âmbito da prioridade de investimento (PI 6c).....	71
2.A.6.1 Descrição da tipologia de ações que serão financiadas, com exemplos, e o seu contributo previsto para os objetivos específicos, incluindo, se aplicável, a identificação dos principais grupos destinatários, dos territórios específicos, destinatários e dos tipos de beneficiários (PI 6c).	71
2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção de operações (PI 6c).	74

2.A.6.5 Indicadores de resultado (por prioridade de investimento) (PI 6c).	74
2.A.4 Prioridade de Investimento 6d (PI 6d).	75
2.A.5 Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e resultados esperados (PI 6d).	75
2.A.6 Ações que serão financiadas no âmbito da prioridade de investimento (PI 6d).	76
2.A.6.1 Descrição da tipologia de ações que serão financiadas, com exemplos, ou o contributo previsto para os objetivos específicos, incluindo, se aplicável, a identificação dos principais grupos destinatários, dos territórios específicos, destinatários e dos tipos de beneficiários (PI 6d).	76
2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção de operações (PI 6d).	79
2.A.6.5 Indicadores de produtividade (por prioridade de investimento) (PI 6d).	79

RASCUNHEITO

SECÇÃO 1

Contributo da estratégia do Programa de cooperação para a estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e em benefício da coesão económica, social e territorial

1.1 Contributo da estratégia do Programa operacional para a estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e em benefício da coesão económica, social e territorial

1.1.1 Descrição do contributo da estratégia do Programa de cooperação para o desenvolvimento da estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e em benefício da coesão económica, social e territorial.

O Programa de Cooperação Sudoeste Europeu (SUDOE) é desenvolvido com base na Estratégia Europa 2020 e nos três modelos de crescimento: inteligente, sustentável e inclusivo, que se configuram como elementos orientadores do Programa para o período 2014-2020. O Programa conta com a experiência acumulada das quatro gerações anteriores do Programa, que lhe conferem uma vasta experiência no conhecimento do território, dos seus agentes e na compreensão dos modelos de desenvolvimento dos projetos.

A estratégia do Programa SUDOE 2014-2020 desenvolve-se partindo inicialmente de um grupo de elementos chave, que serão desenvolvidos mais à frente nesta secção e nas restantes do Programa:

- Diagnóstico territorial (socioeconómico) da área geográfica elegível, para estabelecer os desafios e as prioridades prévias do Espaço.
- Revisão da complementaridade das ações com os programas operacionais regionais em cada uma das regiões NUTS 2, dos programas plurirregionais nacionais, e dos programas de cooperação transnacionais e transfronteiriços que, em parte, atuam no território elegível.
- As propostas de intervenção e as possibilidades de desenvolvimento de ações relacionadas com os Acordos de Parceria dos quatro Estados-Membros participantes.
- A capitalização de resultados dos períodos de programação anteriores, em particular do período 2007-2013.
- O processo participativo estabelecido com os agentes do território, em particular, os inquéritos realizados em 2012 e 2013 sobre potenciais tipologias de ação e dispositivos de implementação, por parte da Autoridade de Gestão e das autoridades nacionais nos seus respetivos territórios.
- O estabelecimento do quadro lógico de intervenção como conclusão dos pontos anteriores e fruto dos acordos entre os Estados participantes, tendo como base de desenvolvimento a análise da viabilidade das ações consideradas ideais para a sua implementação no Programa.

Desta forma, o quadro lógico do Programa transnacional confere uma especial atenção ao desenvolvimento de ações relacionadas prioritariamente com os aspetos que incidem sobre o crescimento inteligente e sustentável. Estes modelos de crescimento aportam um valor acrescido de cooperação transnacional, face a outras intervenções que podem ser realizadas individualmente pelas regiões ou no âmbito da cooperação transfronteiriça, como o mercado de trabalho, as comunicações físicas ou os programas de inclusão social e formação. De igual modo, se destaca a necessidade de trabalhar a promoção da valorização do potencial endógeno do Programa e a concentração dos investimentos num espaço extenso e com recursos orçamentais relativamente escassos, evitando a dispersão financeira no território e conseguindo uma maior visibilidade dos resultados associados ao Programa e um maior impacto.

Por seu lado, o diagnóstico territorial revelou a realidade das regiões SUDOE com modelos de desenvolvimento muito diferentes entre si, no que respeita às suas potencialidades, aos seus elementos de especialização e ao seu nível de desenvolvimento. A estratégia para este período do Programa também assumiu o princípio da cooperação transnacional como elemento chave para alcançar uma maior coesão económica e territorial dentro do Espaço SUDOE. Pretende-se potenciar a capacidade de várias regiões para exercerem o papel de

regiões mobilizadoras em ações especializadas, tirando proveito da experiência adquirida e dos pólos de desenvolvimento e inovação regionais que se desenvolveram nos últimos anos.

Finalmente, convém destacar a aposta do Programa na concentração dos recursos financeiros com base em dois princípios fundamentais:

- A **Competitividade** interna e externa de centros tecnológicos e empresas (PME), mediante o apoio do desenvolvimento comum e concertado dos centros produtores de conhecimento e a aplicação nas PME, através da junção do OT1 e 3 no mesmo eixo de intervenção, para transmitir aos agentes territoriais esta aposta de integração.
- A **Sustentabilidade** do crescimento e desenvolvimento do Espaço SUDOE, através da integração dos vetores estritamente ambientais do OT6, com a prevenção de riscos naturais do OT5 e as ações de eficiência energética do OT4, que mantêm um elevado grau de complementaridade e respondem à necessidade de atuar integralmente com os recursos disponíveis.

Os seguintes pontos são apresentados em cinco secções que constituem a sequência da lógica de intervenção do PO SUDOE 2014-2020, resumidamente apresentada nos parágrafos anteriores.

- Em primeiro lugar, é apresentada uma breve **síntese do diagnóstico** socioeconómico, ambiental e territorial do Espaço SUDOE, identificando-se as suas principais potencialidades e desafios. Essa caracterização é complementada por uma breve análise da situação do Espaço SUDOE face às diferentes metas da Europa 2020, verificando-se a sua maior ou menor contribuição para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo da União Europeia.
- Em segundo lugar, apresentam-se os **desafios e oportunidades** do Espaço SUDOE de acordo com a Estratégia Europa 2020.
- Em terceiro lugar, é analisada a **experiência de capitalização** no período 2007-2013, identificando-se as orientações estratégicas e as boas práticas que se pretendem manter e incentivar no novo período de programação.
- A partir destas três dimensões de análise, é possível definir os **princípios e pressupostos** em que assentará a lógica de intervenção do PO SUDOE 2014-2020. Estes princípios e pressupostos são inspirados pelos quadros de referência estratégica e legislativa da Programação 2014-2020 a nível europeu e pela cooperação transnacional como princípio fundamental do PO SUDOE 2014-2020.
- Finalmente, e como quinto passo, são resumidas as **condições de seleção e fundamentação dos objetivos** temáticos e prioridades de investimento, encerrando assim o ciclo de apresentação da lógica de intervenção do PO SUDOE 2014-2020.

Caraterização do Espaço de cooperação SUDOE

Nesta secção é apresentado um breve resumo das principais características territoriais e socioeconómicas do Espaço de cooperação SUDOE, que permite compreender a realidade histórica e atual do território, bem como a identificação dos seus principais desafios e potencialidades de desenvolvimento.

Do ponto de vista **demográfico e territorial**, o Espaço SUDOE caracteriza-se pelo binómio litoral-interior. Assim, existe uma primeira diferenciação entre as zonas do litoral e próximas da costa, com maior densidade populacional e onde se concentram a maior parte dos centros metropolitanos como Lisboa, Porto, Barcelona, Valência, Bilbao ou Bordéus; e as zonas do interior, que reúnem os espaços com maior grau de ruralidade do território (como Auvergne, em França; Extremadura, Castilla La Mancha, Castilla y León ou Aragão, em Espanha; Centro e Alentejo em Portugal), que apresentam uma escassa densidade populacional e altas taxas de envelhecimento, e onde predominam as cidades de tamanho médio ou pequeno. Madrid e Toulouse são as duas exceções de áreas metropolitanas principais na zona de interior do território SUDOE.

RASCUNHEIRO



Em termos económicos, o Espaço SUDOE (sobretudo as regiões peninsulares de Portugal e Espanha) encontra-se particularmente afetado pelos efeitos negativos da crise económico-financeira europeia. Esta reflete-se em taxas de crescimento económico negativas (ou próximas de zero) na maior parte das regiões ao longo dos últimos anos, e na estagnação (ou mesmo regressão) do processo de convergência com as médias europeias (em termos de PIB *per capita*), como se pode apreciar com clareza, por exemplo, no caso da região Norte de Portugal.

O principal efeito negativo da crise sobre a população tem-se centrado no forte aumento das taxas de desemprego, por todo o Espaço SUDOE. O desemprego pode ser considerado um dos principais desafios a nível social e económico deste espaço de cooperação. O desemprego tem afetado principalmente Portugal e principalmente Espanha, onde regiões como a Andaluzia, Extremadura ou Castilla La Mancha têm registado crescimentos exponenciais, chegando a alcançar níveis muito elevados (28%, 33% e 35%, respetivamente), muito acima da média SUDOE (17%) ou europeia (10,4%). Por outro lado, as regiões francesas do território SUDOE apresentam os níveis mais baixos de desemprego (Limousin com 7,2% e Midi-Pyrénées e

Poitou-Charentes com 8,8%). Verifica-se aqui um aspeto de diferenciação entre o território peninsular e as regiões SUDOE mais setentrionais, sendo que estas podem ajudar as restantes nas diferentes abordagens para encarar este grave problema.

No entanto, existem também regiões peninsulares no Espaço SUDOE que têm demonstrado maior capacidade de resiliência para enfrentar os efeitos da crise, como são os casos do País Basco ou Navarra, em Espanha, que juntamente com outras, como Aquitaine e Midi-Pyrénées, em França, possuem um forte dinamismo económico, industrial, científico e populacional. Estas regiões apresentam as taxas de desemprego mais baixas do Espaço SUDOE e os níveis mais elevados de despesas em I+D, para além de alguns dos melhores indicadores no que respeita ao nível de PIB *per capita*.

A estrutura económica do Espaço SUDOE, *quando relacionada com a estrutura média europeia*, caracteriza-se pela maior participação relativa do **setor dos serviços**, enquanto, ao contrário da estrutura média europeia, o **setor primário** tem maior presença em termos de emprego e participação económica no PIB. Por último, existe uma menor participação relativa do **setor industrial** no PIB do território SUDOE. Estes indicadores, analisados de forma holística, são plenamente coerentes com o facto de o SUDOE apresentar uma maior ruralidade territorial e dispersão geográfica num conjunto significativo de regiões, especialmente das regiões do interior.

Além disso, esta estrutura produtiva do espaço transnacional assenta, na sua esmagadora maioria, em PME (representam 95% do total de empresas existentes). Estas estão envolvidas sobretudo no setor dos serviços (entre 75% e 80% do total) e, com grande relevância, na criação de emprego. As PME, por sua vez, apresentam competências de inovação e de produção limitadas para mercados externos; a isto, junta-se uma maior vulnerabilidade aos crescentes problemas de liquidez financeira pelas dificuldades de acesso ao crédito e ao financiamento, que existem na região desde o início da crise.

Contudo, existem regiões no Espaço SUDOE que ocupam posições destacadas e, inclusivamente, de liderança a nível europeu em termos de produção industrial, em setores específicos, como é o caso de Midi-Pyrénées (indústria aeronáutica e espacial), da região Norte de Portugal (têxtil e calçado) ou de Navarra (energias renováveis). Estas regiões estão capacitadas para atuar como pólos de desenvolvimento e impulsores especializados para as restantes regiões SUDOE.

A produção industrial, por seu lado, assenta na cooperação empresarial através de clusters, associações especializadas de profissionais e empresas, e pólos de competitividade ou de excelência. É o caso, por exemplo, da produção energética em Navarra (com o cluster Solar de Navarra e empresas líderes), da produção automóvel no País Basco (ACICAE), da saúde em Aquitaine e Midi-Pyrénées (pólo Cancer-Bio-Santé), etc.

Além disso, esta produção baseia-se também em atividades de elevado valor acrescentado ou intensivas em conhecimento, aspeto que se reflete no elevado investimento em I+D das regiões onde estes setores se situam.

Ainda que o nível médio de despesas em I+D do Espaço SUDOE no seu conjunto se situe muito abaixo da média europeia, têm-se registado progressos significativos nos últimos anos, liderados pelas regiões de Midi-Pyrénées, Languedoc-Roussillon, Lisboa, Navarra e País Basco. Todas estas regiões estão muito acima das médias nacionais e europeias de despesas em I+D, e relativamente perto de atingir a meta fixada na Estratégia Europa 2020 (investimento de 3% do PIB em inovação).

Considerando o nível de despesas em I+D, verifica-se também a existência de sistemas manifestamente diferenciados entre as diversas regiões do Espaço SUDOE no que se refere à origem dos gastos em inovação e à preponderância de cada grupo de agentes, nomeadamente:

- As regiões líderes a nível transnacional são aquelas que lideram também o investimento privado em I+D (Midi-Pyrénées, País Basco, Navarra);
- O peso da participação pública no investimento em I+D é relativamente maior nas regiões espanholas (especialmente em Madrid, Extremadura e Catalunha);
- A componente de despesas em I+D das universidades adquire maior relevância nas regiões portuguesas (como o Norte e Alentejo).

No diagnóstico realizado, é possível apreciar a existência de uma relação direta entre a maior capacidade de inovação e de transferência de conhecimento, por um lado, e o maior dinamismo económico, mobilidade e melhores números em matéria de emprego, por outro. Neste sentido, o Programa pretende incidir sobre o apoio a estas competências transnacionais do território, deixando que as políticas ativas e passivas de emprego, tanto regionais como nacionais façam o seu papel complementar, estabelecendo um sistema de reforço mútuo na concentração de recursos.

Do ponto de vista **ambiental**, o Espaço SUDOE caracteriza-se por uma grande diversidade ecológica, climatérica e territorial, o que lhe confere grandes vantagens para o desenvolvimento de atividades ligadas à conservação e valorização ambiental e turística no território. A zona SUDOE dispõe de uma vasta superfície, inclusivamente dentro da Rede Natura 2000 (mais de 20% da superfície total). No entanto, e como elemento a ter em conta, trata-se de uma zona muito frágil. Existe um grande número de zonas que apresentam ameaças resultantes do crescimento urbano e da fixação da população, da contaminação e da sobre-exploração agrícola, bem como dos riscos naturais próprios e recorrentes que são comuns na área transnacional (incêndios, terremotos, secas, erosão, desertificação ou inundações).

Os **recursos hídricos** representam um ativo ambiental de crescente importância no Espaço SUDOE. Estes recursos têm uma componente dupla, tanto na geração de energia limpa, como na própria necessidade de garantir o abastecimento para uso humano, animal e vegetal, e a manutenção e melhoria, conforme o caso, da qualidade das águas. Em geral, a qualidade da água potável no Espaço SUDOE é boa. O espaço transnacional alberga grandes depósitos de

água, sobretudo em França (Auvergne, por exemplo), se bem que esta seja uma questão muito localizada e específica, não tendo carácter geral. O Espaço SUDOE caracteriza-se, na maior parte do seu território, pela escassez de água e pelas dificuldades cíclicas para garantir o abastecimento à população, à agricultura ou à indústria. Esta situação é cada vez mais frequente na zona sul do espaço de cooperação, onde os problemas de desertificação e erosão do solo são cada vez maiores. Assim, dois terços do território espanhol (com exceção da faixa Atlântico/Cantábria e os vales das grandes bacias hidrográficas) caracterizam-se por espaços áridos, semiáridos ou de escassa humidade. Em Portugal, as zonas do interior no Alentejo e no Algarve são fortemente afetadas pelo risco de seca e desertificação.

Desta forma, os recursos hídricos representam um dos principais desafios no que respeita à atuação sobre os riscos naturais do Espaço SUDOE. Como resultado da grande variabilidade de climas do Espaço (climas oceânico, mediterrâneo, mediterrâneo continental, de transição e de montanha), o território SUDOE enfrenta simultaneamente riscos de secas/incêndios/inundações ao longo do espaço e em função das épocas do ano.

As zonas de influência das principais bacias hidrográficas da Península Ibérica (Douro, Tejo, Ebro e Guadiana) são as mais afetadas pelos riscos de inundação, à medida que as regiões de Languedoc-Roussillon e Poitou-Charentes (Xynthia) são as regiões francesas do Espaço SUDOE com maior risco de inundações. A isto é necessário acrescentar as zonas de montanha, ao longo de todo o Espaço SUDOE, que são afetadas pela elevada probabilidade de sofrerem inundações nas épocas de muita chuva ou degelo.

Prevê-se que as alterações climáticas possam afetar significativamente todo o Espaço SUDOE, ainda que de diferentes maneiras. Em Portugal, prevê-se um maior impacto a nível das inundações, sobretudo no norte do país, pela concentração da precipitação no inverno, e o aumento da frequência de chuvas intensas, juntamente com a degradação da qualidade da água, sobretudo no Alentejo e no Algarve, pelo aumento da temperatura e diminuição da chuva no verão, primavera e outono. Em Espanha prevê-se um maior impacto nos territórios do sudeste da península (taxas de precipitação mais baixas), na bacia do Guadiana ou no vale do Ebro e no arquipélago Balear, intensificando os problemas hídricos que atualmente já são relevantes. Na região SUDOE da França, prevê-se, na zona oeste, invernos com fortes precipitações e no sul, na zona mediterrânea, verões mais quentes. Por este motivo, os efeitos das alterações climáticas associaram-se aos riscos naturais do Espaço SUDOE.

Por outro lado, o Espaço SUDOE dispõe de grandes competências físicas e de experiência de trabalho no passado para se tornar uma referência e líder europeu em matéria de energias renováveis, tanto do ponto de vista da produção energética como do consumo final de energia, quer pelos consumidores privados quer pela indústria. Devido às suas características naturais, o Espaço apresenta um elevado potencial de produção energética a partir de um *mix energético* bastante diversificado, com fontes renováveis como as energias solar, eólica, hidráulica e de biomassa. Existem inúmeros exemplos no território SUDOE sobre esta matéria

na Península Ibérica. É o caso de Portugal, que conta com 43% da sua produção energética obtida a partir de fontes renováveis, ou de Espanha, que também apresenta níveis acima da média europeia em termos de produção de energias renováveis (30%, face aos 24,9% da UE) Por sua vez, as regiões francesas incluídas no Espaço SUDOE são as principais contribuidoras para a produção de energia renovável em França (Languedoc-Roussillon, por exemplo, produz 20% da produção francesa de eletricidade fotovoltaica e Aquitânia 11% da produção nacional de energia a partir de biomassa). Existe, portanto, uma grande capacidade de cooperação entre as regiões SUDOE líderes em cada tipo de energia renovável.

Em termos de **acessibilidade e transportes**, o Espaço SUDOE apresenta, em geral, um bom desempenho, ainda que continue a precisar de fomentar as ligações intermodais (intermodalidade dos sistemas de transporte) e reforçar a integração das comunicações terrestres entre regiões fronteiriças de Portugal e Espanha.

O índice de acessibilidade multimodal dos territórios da zona SUDOE é mais limitado do que a média da UE, salvo determinadas zonas costeiras do Mediterrâneo e do Atlântico. Estas limitações, em termos de acessibilidade multimodal, aumentam especialmente em zonas limítrofes interiores de Espanha e Portugal, sobretudo nas zonas fronteiriças de Alto Trás-os-Montes/Zamora e Beira Interior Sul/Salamanca, bem como na zona dos Pirenéus.

Em geral, as regiões SUDOE contam com bons índices de densidade de infraestruturas de comunicação terrestre, como estradas e linhas ferroviárias principais. Dispõem também de uma boa ligação com os principais portos comerciais, tanto na vertente mediterrânea como atlântica, para os quais já existem políticas e programas regionais. Persistem ainda situações de mobilidade reduzida, sobretudo nas zonas fronteiriças do nordeste, entre Portugal e Espanha e entre Espanha e França, resultantes da concentração de poucos pontos de interesse ou da complexidade geográfica do território.

No âmbito da **educação**, verifica-se que a maior parte do território SUDOE, com Espanha e França à cabeça, tem vindo a superar o desafio da Estratégia Europa 2020 de alcançar a meta dos 40% da população entre os 30 e 34 anos com estudos superiores para 2020. Portugal, no entanto, está mais atrasado com 27,2%. O Programa contempla a possibilidade de atuar juntamente com programas nacionais para atenuar esta diferença, e que atualmente um aumento significativo na cooperação transnacional não seria bem-vindo. Em geral, as regiões com maior dinamismo económico e melhores indicadores económicos correspondem a estruturas educacionais com elevados níveis de formação superior, ainda que por si só não seja suficiente. Exemplos desta situação são regiões como o País Basco (61,3% da população entre 30 e 34 anos com formação superior), Midi-Pyrénées (54%), Astúrias (50,4%), Navarra (50,1%) ou Madrid (49,4%). No caso de Portugal, são as regiões do Norte do país e Lisboa as que apresentam os melhores números (32% e 28,7%, respetivamente), ainda que abaixo da média europeia (35,8%). Estas regiões contam com uma elevada concentração populacional e dispõem de uma vasta oferta de instituições de ensino superior.

Por outro lado, no que respeita ao abandono escolar, o Espaço SUDOE encontra-se ainda distante da meta dos 10% da Estratégia Europa 2020. Algumas regiões espanholas e portuguesas apresentam níveis certamente alarmantes, perto ou mesmo acima dos 40%, tais como Ceuta, Ilhas Baleares e Múrcia, em Espanha; ou na região Norte e no Algarve em Portugal. Em contraste com estas regiões, as regiões francesas de Midi-Pyrénées e de Aquitaine já alcançaram a meta da Europa 2020 e apresentam, por isso, um número de abandono escolar abaixo dos 10%. Existe, portanto, um desafio comum do espaço de cooperação, existindo várias regiões que podem liderar um processo de melhoria e desenvolvimento do setor.

Desafios e oportunidades do Espaço SUDOE face à Estratégia Europa 2020

Nesta secção é apresentada uma análise comparativa do Espaço SUDOE para o cumprimento das metas da Estratégia Europa 2020, identificando-se desafios e oportunidades para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo da região, que possam refletir-se na lógica de intervenção do PO SUDOE 2014-2020.

A promoção do crescimento inteligente, traduzido no fomento de uma economia centrada no conhecimento, na inovação e na capacidade de transferência e absorção desse conhecimento, é um desafio prioritário do Espaço SUDOE para o período 2014-2020. O contexto atual mostra progressos significativos neste âmbito, em relação ao início do período de programação anterior. O Programa deu um grande contributo nestes anos, reforçando a sua estratégia para o setor da I+D+i que interessa consolidar, capitalizar e apoiar no período 2014-2020.

Através da cooperação transnacional, o PO SUDOE pode contribuir especificamente para reduzir as assimetrias que persistem neste âmbito entre as diferentes regiões do Espaço. Assim, pode promover a excelência de redes, de agentes e de projetos e resultados que tenham sido bem sucedidos a nível regional, catapultando-os para níveis europeus e internacionais. Esta aposta da economia baseada no conhecimento e na inovação influirá de forma direta na criação de emprego qualificado dentro do Espaço, através das áreas de formação e qualificação e mediante o reforço do desenvolvimento endógeno. Desta forma, contribuirá decisivamente para fazer face a um dos principais desafios para o crescimento inclusivo e para a coesão social a nível transnacional que se identificou previamente: o elevado nível de desemprego, em particular entre os jovens com menos de 30 anos

Como foi assinalado anteriormente, o território SUDOE, considerado na íntegra, encontra-se abaixo da média europeia em termos de despesas em I+D+i e longe da meta de investimento de 3% do PIB, fixada na Estratégia Europa 2020. Além disso, verifica-se um desequilíbrio intra-territorial nesta matéria, com uma assinalável diferença entre determinadas regiões, independentemente do Estado em que se situam. Assim, por um lado estariam Midi-Pyrénées, Languedoc-Roussillon, Lisboa, Navarra e o País Basco, que já teriam atingido ou estariam muito próximas de conseguir atingir essa meta; e a maioria das regiões espanholas e portuguesas, do outro lado. Existem igualmente dificuldades ao nível da exploração e transferência de tecnologia e conhecimento.

O fomento de uma economia centrada no conhecimento e na inovação está também relacionado com o nível de qualificação da população. Aqui o cenário transnacional, em média, é quase idêntico ao que se regista a nível europeu em termos de população entre 30 e 34 anos com educação superior (cerca de 35% em ambos os casos) e relativamente otimista em relação à meta fixada pela Estratégia Europa 2020 (40%). No entanto, conforme foi referido na síntese do diagnóstico territorial, verificam-se desequilíbrios entre as regiões dentro do Espaço, sobre os quais o Programa tem capacidade de intervir através da rede dos agentes nesta matéria, aproveitando os líderes específicos e especializados por temáticas.

Não obstante, verifica-se igualmente a existência de regiões com uma estrutura industrial dinâmica e organizada, baseada em clusters e pólos de inovação. Estas estruturas dispõem de capacidade de criação de valor acrescentado à produção industrial e de rentabilização do investimento em I+D em serviços e produtos inovadores para o mercado. Este cenário sugere que algumas regiões do Espaço SUDOE se destaquem em determinados setores e estejam em condições de exercer um papel de liderança, a nível europeu, em determinados setores (energias renováveis, indústria aeroespacial, indústria fornecedora do setor automóvel, têxtil e calçado, por exemplo).

Promover a economia baseada no conhecimento e na inovação no Espaço SUDOE implica também apoiar a coesão social e o crescimento inclusivo das regiões incluídas na zona de cooperação. Neste âmbito, um dos principais desafios do Espaço SUDOE é fomentar a criação de emprego para atingir a meta da Estratégia Europa 2020 de uma taxa de emprego de 75%. As ações do Programa têm como objetivo desenvolver um sistema que permita fomentar a criação de emprego por parte dos agentes relevantes, uma vez que o Programa não dispõe de meios financeiros suficientes para fazer face a um desafio desta magnitude; por outro lado, existem agentes e iniciativas regionais, nacionais e comunitárias que visam diretamente os aspetos de emprego e desemprego, bem como os incentivos diretos à criação de emprego. As atividades do Programa deverão partir das estruturas, meios e centros de conhecimento existentes e reforçar o trabalho em rede, juntamente com a otimização da adaptação contínua destes elementos às necessidades das PME e a incorporação de conhecimento e inovação nas mesmas.

A Estratégia Europa 2020 fomenta, de igual modo, os modelos de crescimento sustentável, através de uma economia de baixo carbono e eficiente na utilização dos recursos, capaz de proteger o meio ambiente, mitigar o seu impacto e gerir os riscos associados. Devido às características endógenas e às potencialidades do território e das dinâmicas socioeconómicas do mesmo, a vertente sustentável do crescimento representa uma oportunidade de relativa especialização e diferenciação do Espaço SUDOE a nível europeu, conforme mencionado anteriormente.

Neste contexto, convém destacar o papel diferenciado que o Espaço SUDOE assume, a nível europeu, no **setor das energias renováveis**. Para além de a zona de cooperação apresentar características naturais privilegiadas para a sua implementação (o vento, a abundância de luz solar direta, as quedas de água) também houve um incentivo à inovação e às infraestruturas de produção neste setor. Consequentemente, Portugal e Espanha apresentam níveis de

produção e consumo final de energia a partir de fontes renováveis muito superiores à média europeia e, por seu turno, as regiões francesas do SUDOE apresentam médias superiores ao nível nacional. Portugal já cumpriu, inclusivamente, a sua meta Europa 2020 de consumo de energia renovável face ao consumo total de energia (20%) e Espanha e as regiões francesas do SUDOE encontram-se bem orientadas para o cumprimento dessa meta.

Por outro lado, a forte ruralidade de muitas das regiões do Espaço SUDOE, as pressões antrópicas existentes nos principais centros metropolitanos e destinos turísticos, a riqueza e extensão do património natural e a sua biodiversidade (que se manifestam, por exemplo, na vasta cobertura da Rede Natura 2000) representam um grande desafio em termos de prevenção e gestão dos riscos naturais, como é o caso da seca, da desertificação e da erosão do solo, dos incêndios florestais ou das inundações cíclicas e estacionais.

A experiência do Programa 2007-2013

Uma breve análise sobre o que foi o Programa SUDOE no período anterior permite retirar conclusões relevantes e úteis que serviram como ponto de partida na preparação do Programa para o período 2014-2020.

Neste contexto, importa realçar, em primeiro lugar, que na sequência da avaliação intermédia do Programa, foi feita uma reprogramação. A realidade dos modelos de cooperação, os resultados das diferentes temáticas abordadas e o compromisso do Programa para uma maior concentração dos recursos, de modo a ganhar mais visibilidade e a produzir efeitos mais notórios, resultaram na reformulação dos esforços e do orçamento nos dois primeiros eixos do Programa:

1. Promoção da **inovação** e criação de redes estáveis de cooperação em matéria tecnológica;
2. Melhoria da sustentabilidade para a proteção e conservação do **meio ambiente** e do ambiente natural do SUDOE

Esta reprogramação implicou a redução de recursos financeiros dos outros dois eixos (relacionados com a acessibilidade e o desenvolvimento urbano sustentável), com índices inferiores de execução e que demonstraram fraca participação por parte dos agentes do território.

A reprogramação foi justificada, conforme referido anteriormente, no relatório de Conclusões e Recomendações da Avaliação Intermédia do PO SUDOE 2007-2013, pela maior capacidade de absorção financeira conseguida por estes dois eixos do Programa. Este aspeto refletia-se nos maiores progressos alcançados, em termos de impacto, no âmbito da inovação e do meio ambiente, elementos em que os agentes participantes do Programa reconheceram existir uma forte influência do SUDOE no momento de se dar resposta às problemáticas e necessidades existentes.

Os dados de execução do Programa SUDOE 2007-2013 demonstraram a importância relativa efetivamente concedida à prioridade 1 (Promoção da inovação e da criação de redes estáveis

de cooperação em matéria tecnológica), que envolveu quase 50% do apoio do FEDER aprovado e do total de projetos aprovados. Em particular, os projetos relacionados com o tema da transferência de tecnologia, absorveram quase 25% do total do apoio do FEDER ao Programa, demonstrando a sua relevância e interesse específicos em matéria de inovação.

Por sua vez, a cooperação em matéria de meio ambiente, que representou 30% do número de projetos e do apoio do FEDER aprovado entre 2007-2013, registou uma maior dispersão do investimento em temas específicos, sendo a prevenção de riscos (8% do total do apoio do FEDER aprovado), a eficácia energética, a gestão e distribuição de água e a proteção da biodiversidade (com 5% cada), os principais temas apoiados por operações com financiamento ao abrigo do Programa.

Em resumo, as áreas de I+D+i e meio ambiente, ainda que compreendendo diferentes tipologias de operação, foram aquelas em que se registaram os maiores e mais notórios impactos do financiamento concedido pelo Programa, sendo também as áreas temáticas em que os beneficiários percebem, de modo mais direto, a importância do apoio financeiro proporcionado por mecanismos de cooperação como o SUDOE.

Princípios e pressupostos

Um primeiro ponto de partida na preparação do Programa SUDOE 2014-2020, do ponto de vista estratégico, é o das estruturas de trabalho e as possibilidades oferecidas por documentos como o Quadro Estratégico Comum (QEC), a Agenda Territorial Europeia e os Regulamentos (UE) n.º 1303/2013, 1301/2013 e 1299/2013, entre outros. Nestes documentos é identificado um conjunto de princípios aplicáveis aos programas operacionais e de cooperação territorial, como é o caso do Espaço SUDOE.

Um primeiro princípio que se destaca (fundamentalmente no QEC e na Agenda Territorial Europeia) é o da **gestão conjunta e integrada** em relação aos recursos naturais, à biodiversidade, aos riscos naturais, à adaptação às alterações climáticas e ao património e valores culturais do espaço de cooperação.

Um segundo princípio (também consagrado no QEC) é o das **redes inteligentes**, com o fomento da cooperação entre empresas, centros de investigação e de ensino superior, o apoio a pólos de inovação, a centros de concorrência e incubadoras de empresas, bem como o apoio ao desenvolvimento de boas práticas transnacionais das estratégias de especialização inteligente.

Um terceiro princípio relevante que é tido em conta é o da criação de **economias de escala**, mediante a cooperação e a utilização partilhada de infraestruturas, equipamentos e serviços.

Estes princípios, conjugados com o atual contexto socioeconómico e territorial do Espaço SUDOE, os seus desafios e oportunidades face à Estratégia Europa 2020, bem como a experiência de programação de períodos anteriores, geram um conjunto de pressupostos que serviram de base para a elaboração da lógica de intervenção do PO SUDOE 2014-2020. Estas

bases metodológicas de referência aumentam o valor acrescentado da cooperação transnacional para o espaço específico do SUDOE, focado em vários aspetos específicos:

✓ **Concentração dos investimentos** - tendo em conta o desafio da especialização inteligente, considera-se que o PO SUDOE 2014-2020 deverá centrar os seus esforços em áreas e setores em que o território apresenta vantagens competitivas e potencial endógeno, quer seja pelas suas características intrínsecas, quer pela estrutura produtiva própria da zona de cooperação.

Luta contra as assimetrias - dentro do Espaço SUDOE existem regiões com níveis muito diferentes de desenvolvimento económico e implantação industrial, de produção científica e tecnológica, de qualificação laboral e empregabilidade, entre outros fatores. O Programa SUDOE 2014-2020 fomenta a aproximação entre essas regiões para favorecer e incentivar o intercâmbio de experiências e a aprendizagem de boas práticas contribuindo para a procura de soluções para esses desequilíbrios.

✓ **Capitalização de resultados de períodos anteriores, sobretudo 2007-2013** - no período anterior, o Programa do SUDOE já configurava uma orientação de especialização e concentração temática e de recursos através de dois grandes temas - a *inovação* e o *meio ambiente*. Conforme se explicou, esta concentração baseava-se nos resultados e no impacto dos projetos neles enquadrados, bem como nos desafios e necessidades do Espaço SUDOE nestas áreas (maior número de projetos, projetos mais estruturantes e maior assimilação do FEDER). Para o período 2014-2020 considerou-se benéfico manter a tendência desta linha de especialização, aprofundando o desenvolvimento de áreas de cooperação comprovadamente bem sucedidas, e investindo em novas áreas de cooperação permitidas na regulamentação, como a competitividade das PME, o que permitirá um reforço das ações de competitividade. Essas ações reforçam, além disso, a necessidade assinalada no diagnóstico, de atuar sobre o mercado de trabalho e os setores económicos em benefício da recuperação económica como meio auxiliar para a saída da crise que tem afetado de forma negativa a zona de cooperação.

✓ **Orientação para as competências endógenas** - tendo em conta a criação de sinergias e complementaridades, perante os programas regionais e outros programas de cooperação transfronteiriços ou transnacionais (como o Espaço Atlântico ou o Mediterrâneo), considera-se que o PO SUDOE deveria prestar especial atenção aos desafios de desenvolvimento endógeno, com agentes e PME fixados no próprio espaço. Não obstante, o Programa estará recetivo à apresentação de projetos estratégicos ou de capitalização com outros espaços de cooperação para além do SUDOE.

A seleção de objetivos temáticos e prioridades de investimento

Tendo em conta os princípios e pressupostos anteriores, foram escolhidos 5 objetivos temáticos/eixos prioritários no total, em torno de duas áreas de intervenção, que se apresenta resumidamente na seguinte tabela:

Área de Intervenção 1 Desenvolvimento Inteligente	Área de Intervenção 2 Desenvolvimento Sustentável
<p><u>Eixo 1 - OT1: promover a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação</u></p> <ul style="list-style-type: none"> PI 1b <p><i>O fomento do investimento empresarial em I+i, ou desenvolvimento de vínculos e sinergias entre as empresas, os centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior</i></p>	<p><u>Eixo 3 - OT4: favorecer a transição para uma economia de baixo carbono em todos os setores</u></p> <ul style="list-style-type: none"> PI 4c <p><i>Fomento da eficiência energética e a utilização de energias renováveis nas infraestruturas públicas, incluindo os edifícios públicos e o setor da habitação</i></p>
<p><u>Eixo 2 - OT3: melhorar a competitividade das PME</u></p> <ul style="list-style-type: none"> PI 3a <p><i>A promoção do espírito empresarial, em particular facilitando o aproveitamento económico de novas ideias e estimulando a criação de novas empresas, também através de incubadoras de empresas;</i></p> <ul style="list-style-type: none"> PI 3b <p><i>O desenvolvimento e a aplicação de novos modelos empresariais para as PME, em particular para a sua internacionalização;</i></p>	<p><u>Eixo 4 - OT5: promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> PI 5b <p><i>Fomento do investimento para abordar os riscos específicos, garantia de preparação face às catástrofes e desenvolvimento de sistemas de gestão de catástrofes</i></p>
	<p><u>Eixo 5 - OT6. proteger o meio ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> PI 6c <p><i>Proteção, promoção e desenvolvimento do património cultural e natural.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> PI 6d <p><i>Proteção e reposição da biodiversidade e do solo e promoção de serviços relacionados com o ecossistema, incluindo a rede NATURA 2000 e as infraestruturas verdes.</i></p>

Seguidamente, apresenta-se uma breve fundamentação da seleção de cada um dos objetivos temáticos e respetivas prioridades de investimento:

Em relação ao **OT1**, trata-se de um objetivo no qual o Espaço SUDOE se encontra numa situação de desvantagem em relação à média europeia em matéria de investimento em I+D+i, apesar de nos últimos anos terem sido alcançados resultados promissores. A inovação foi uma temática chave na programação do período anterior do SUDOE, gerando resultados e impactos efetivos, pelo que se afigura aconselhável continuar a apoiar e a incentivar novas áreas no período 2014-2020. Esta circunstância decorre, em particular, da sinergia e das complementaridades que o Programa atribui à consecução das metas e prioridades nacionais estabelecidas na Estratégia Europa 2020.

Efetivamente, os projetos desenvolvidos dentro desta prioridade têm criado redes de cooperação e excelência em I+D+i. Estas redes têm permitido a instituições científicas, tecnológicas e educativas da região, alcançar resultados de investigação com elevado valor acrescentado a nível transnacional ou europeu. No período 2014-2020, através da prioridade de investimento selecionada, prevê-se aprofundar esta cooperação entre agentes, consolidando e estabilizando redes de colaboração com potencial de produção (ou que já produzam) resultados de excelência, reforçando os mecanismos de transferência de conhecimento e tecnologia e centrando os investimentos em setores prioritários do Espaço SUDOE, tais como os relacionados com as estratégias de especialização inteligente das diferentes regiões do espaço.

A seleção do **OT3** justifica-se porque o fomento de uma economia centrada no conhecimento e na inovação não pode estar dissociado do fortalecimento da estrutura produtiva do Espaço SUDOE. Neste âmbito, o espaço transnacional enfrenta o desafio de aumentar a capacidade de resiliência do seu tecido empresarial. A estrutura produtiva do Espaço SUDOE está fundamentalmente baseada nas PME, que criam e absorvem a maior parte do emprego, focadas no setor dos serviços e em atividades tradicionais orientadas para o mercado interno, com competências de inovação limitadas e com dificuldades para aceder ao financiamento. As prioridades de investimento selecionadas pretendem contribuir para a melhoria das condições do contexto em que as empresas atuam, fortalecendo as instituições, serviços e mecanismos de apoio para o seu desenvolvimento e internacionalização.

Devido à ligação intrínseca entre os desafios e as oportunidades colocadas sob estes dois objetivos temáticos (o fomento da participação das empresas em atividades de I+D; a transferência de resultados de I+D para o mercado; a inovação como ferramenta de competitividade empresarial, entre outros) justifica-se uma abordagem coordenada do Programa 2014-2020.

A seleção do **OT4**, por sua vez, justifica-se pela posição privilegiada do Espaço SUDOE com respeito ao setor das energias renováveis, bem como pelo seu potencial em constante desenvolvimento. Dentro do território do espaço de cooperação, verificam-se níveis elevados de produção e consumo energético a partir de fontes renováveis, o que se poderá traduzir na utilização em maior escala em infraestruturas e edifícios públicos. Consequentemente, favorece-se o fomento e a consolidação de pólos de excelência que permitam um modelo de desenvolvimento económico baseado no crescimento verde, ecológico e energético, bem

como do financiamento público direcionado para a proteção do ambiente (ainda relativamente reduzido nas regiões do Espaço SUDOE).

A seleção do **OT5** justifica-se pelas características territoriais do Espaço SUDOE, cuja situação geográfica e património natural enfrentam riscos naturais existentes e outros potenciais riscos associados às consequências dos efeitos das alterações climáticas e riscos antrópicos. Esses riscos estão associados à escassez de recursos hídricos e à sua gestão num espaço de grande diversidade geográfica; e à grande variabilidade temporal e espacial da precipitação, segundo a zona climática que, periodicamente gera fenómenos de secas, incêndios, desertificação, erosão do solo e inundações.

As estratégias de adaptação às alterações climáticas e de gestão desses riscos, embora se tenha iniciado a nível regional e nacional, apresentam um valor acrescentado considerável, em forma de melhoria da eficácia das soluções metodológicas e tecnológicas, através da cooperação entre os agentes envolvidos. Pretende obter-se práticas concertadas para fazer face aos riscos de forma eficaz e em conjunto. Por isso, a contribuição para a cooperação dessas estratégias e o favorecimento de metodologias e atividades de coordenação comuns torna-se um meio mais eficaz do que o conjunto de ações pontuais e individuais.

A seleção do **OT6** justifica-se em grande medida pela existência de vastas zonas florestais, espaços naturais, zonas protegidas, etc. que precisam de intervenções para garantir a sua resiliência em relação aos riscos naturais e aos produzidos pelo homem (atuando de forma complementar com o OT5). Além disso, o Espaço SUDOE conta com uma forte ruralidade, uma grande biodiversidade e um riquíssimo património natural e cultural, que necessita não só de ser protegido, mas também de incentivo, no que respeita à sua valorização e contribuição para o desenvolvimento local sustentável.

Os principais temas enquadrados nos objetivos temáticos 4, 5 e 6 (Eixos Prioritários 3, 4 e 5) e nas prioridades de investimento selecionadas apresentam um elevado grau de inter-relação, pelo que foram englobadas na segunda grande área de intervenção do Programa, a abordagem ambiental. Trata-se fundamentalmente de proteger o património natural e cultural do Espaço SUDOE, valorizando as suas características distintas e o seu potencial, reduzindo e gerindo os riscos associados, de modo a contribuir para a transformação da estrutura produtiva do espaço transnacional para padrões de desenvolvimento mais sustentáveis e eficientes.

1.1.2 Fundamentação da seleção dos objetivos temáticos e das correspondentes prioridades de investimento, tendo em conta o Acordo de Parceria, baseado na análise das necessidades na zona elegível do Programa no seu conjunto e da estratégia adotada em resposta a essas necessidades, incluindo, se for caso disso, as ligações que faltam nas infraestruturas transfronteiriças, tendo em conta a avaliação ex ante.

Quadro 1: Fundamentação da seleção dos objetivos temáticos e das prioridades de investimento

Objetivo temático selecionado	Prioridade de investimento selecionada	Fundamentação da seleção
OT1 - Promover a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	Promover o investimento empresarial em inovação e investigação, bem como as sinergias entre empresas, centros de I+D e estabelecimentos de ensino superior, em particular, no desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social, eco-inovação, aplicações de serviços públicos, estímulo da procura, trabalho em rede, os clusters e a inovação livre através da especialização inteligente, e o apoio tecnológico e a inovação aplicada, os projetos piloto, ações de rápida validação, melhoria dos artigos avançados e de primeira produção, em particular, as <i>Key Enabling Technologies</i> e a divulgação geral dos objetivos tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Capitalizar os resultados obtidos no período 2007-2013; ✓ Ultrapassar o défice da zona SUDOE no que respeita às regiões mais inovadoras e desenvolvidas em termos tecnológicos no âmbito europeu; ✓ Fomentar a participação de agentes privados na I+D+i; ✓ Promover a inovação como valor acrescentado e base do trabalho em rede e da especialização inteligente; ✓ Potenciar condições para a investigação de excelência.
OT3 - Melhorar a competitividade das PME	Promoção do espírito empresarial, em particular, facilitando o aproveitamento económico de novas ideias e estimulando a criação de novas empresas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Facilitar a criação de um ambiente favorável à exploração, desenvolvimento e consolidação de novas ideias de negócio; ✓ Incentivar a criação de competências (a pesquisa de soluções mais eficientes e eficazes) para apoiar as PME; ✓ Fortalecer e articular os serviços e instituições de apoio às empresas;

Objetivo temático seleccionado	Prioridade de investimento seleccionada	Fundamentação da seleção
		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Contribuir para o reforço da sustentabilidade e da capacitação (financeiro e não financeiro) das PME.
OT3 - Melhorar a competitividade das PME	Desenvolvimento de novos modelos empresariais para as PME, em particular para a sua internacionalização.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Criar condições que facilitem a internacionalização das PME; ✓ Facilitar o desenvolvimento de novas abordagens, instrumentos e estratégias que facilitem o acesso das PME a mercados externos; ✓ Fomentar a cooperação empresarial e institucional como instrumento de apoio à internacionalização das PME.
OT4 - Favorecer a transição para uma economia de baixo carbono em todos os setores	Fomento da eficiência energética e a utilização de energias renováveis nas infraestruturas públicas, incluindo os edifícios públicos e o setor da habitação	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Edifícios e habitações são a primeira fonte de consumo de energia; ✓ Grande potencial de crescimento no setor das energias renováveis; ✓ Surgimento de pólos de excelência, que permitirão um modelo económico de desenvolvimento baseado no crescimento verde, ecológico e energético; ✓ Tendência crescente na produção e consumo de energias renováveis em todo o espaço; ✓ Despesa pública reduzida na proteção do meio ambiente; ✓ Intensificação dos riscos naturais como consequência do aquecimento global e das alterações climáticas.
OT5 - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	Fomento do investimento para fazer face aos riscos específicos, garantia de resiliência frente a catástrofes e desenvolvimento de sistemas de gestão de catástrofes	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Situação geográfica e ambiente natural frágil, com riscos reais associados às consequências dos efeitos das alterações climáticas; ✓ Riscos naturais intensos associados à escassez de recursos hídricos e à sua gestão num espaço de grande diversidade geográfica; grande variabilidade temporal e espacial das taxas de precipitação segundo a zona climática que, periodicamente, e por zonas, provoca secas, incêndios, desertificação e inundações; ✓ Vastas zonas florestais, incluindo as pertencentes à Rede Natura 2000, que precisam de intervenções para garantir a sua resistência perante os riscos naturais; ✓ Constante crescimento das zonas áridas e com alto risco de desertificação na zona sul do Espaço SUDOE, juntamente com épocas de precipitação intensa e caudais extraordinários das bacias.

Objetivo temático selecionado	Prioridade de investimento selecionada	Fundamentação da seleção
OT6 - Proteger o meio ambiente e promover a eficiência dos recursos	Proteção, promoção e desenvolvimento do património cultural e natural	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Grande qualidade ambiental e diversidade tanto geográfica, como climática e ecológica; ✓ Grande potencial económico na exploração dos recursos naturais; ✓ Vantagens competitivas importantes em matéria de desenvolvimento do turismo graças à diversidade ambiental e ecológica ou à qualidade do património cultural.
OT6 - Proteger o meio ambiente e promover a eficiência dos recursos	Proteção e recuperação da biodiversidade e do solo e promoção de serviços relacionados com o ecossistema, incluindo a rede NATURA 2000 e as infraestruturas verdes	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Grande qualidade ambiental e diversidade tanto geográfica, como climática e ecológica; ✓ Vasto território dentro da Rede Natura 2000; ✓ Investimento máximo em proteção ambiental por parte dos setores especializados na proteção da biodiversidade; ✓ Despesa pública reduzida na proteção do meio ambiente.

1.2 Fundamentação da repartição da dotação financeira

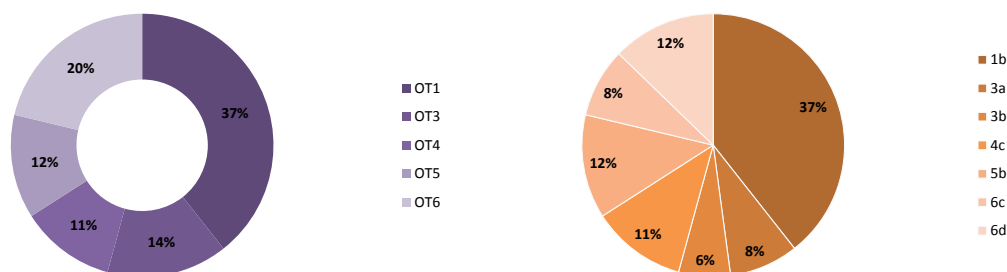
A repartição financeira pelos diferentes eixos prioritários, objetivos temáticos e prioridades de investimento teve em conta os seguintes pressupostos:

- ✓ O funcionamento do Programa e a distribuição financeira realizada no período de programação anterior (2007-2013), bem como em 2000-2006, sobretudo a reprogramação de fundos que beneficiou fundamentalmente o investimento em operações relacionadas com a inovação; realizou-se um exercício de capitalização da experiência adquirida pelo Programa.
- ✓ O atual contexto socioeconómico e territorial do Espaço SUDOE, com as suas potencialidades e desafios associados à proteção e valorização do património natural e diminuição de riscos associados, à consolidação de redes e resultados de investigação de excelência e à vulnerabilidade das PME e os seus efeitos na empregabilidade.
- ✓ As possibilidades de atuação presentes nos Acordos de Parceria de cada um dos estados participantes, prestando particular atenção aos pontos partilhados que melhor respondiam às preocupações comuns e transnacionais, e que constituíam uma melhor resposta, no que respeita aos impactos esperados no território.

Excluindo o eixo de assistência técnica (6%), a ponderação financeira entre os seis eixos prioritários do PO SUDOE 2014-2020 foi estabelecida da seguinte maneira:

- ✓ 37% para o Eixo prioritário 1 – OT1
- ✓ 14% para o Eixo prioritário 2 - OT3
- ✓ 11% para o Eixo prioritário 3 – OT4
- ✓ 12% para o Eixo prioritário 4– OT5
- ✓ 20% para o Eixo prioritário 5– OT6
- ✓ 6% para o Eixo de Assistência Técnica

Os gráficos seguintes apresentam a ponderação financeira do orçamento do PO SUDOE 2014-2020 entre os diferentes objetivos temáticos e as diferentes prioridades de investimento:



A promoção da investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação (OT1) e a proteção ambiental e eficiência dos recursos (OT6) perfazem 57% do orçamento do PO SUDOE 2014-2020 (37% e 20%, respetivamente). Segue-se a promoção da competitividade das PME (Eixo 2), com 14% do apoio do FEDER, a adaptação às alterações climáticas e a gestão de riscos (Eixo 4) com 12% e, finalmente, a transição para uma economia de baixo carbono em todos os setores (Eixo 3), com 11% do total.

Em relação à análise por prioridades de investimento, a PI 1b assume um papel de destaque (“Promover o investimento empresarial em inovação e investigação, bem como as sinergias entre empresas, centros de I+D e estabelecimentos de ensino superior.”). É a única prioridade de investimento selecionada no OT1 e conta com 37% do orçamento total do Programa. Para as demais prioridades de investimento selecionadas verifica-se uma distribuição mais uniforme do orçamento, destacando-se as prioridades do meio ambiente dos três objetivos temáticos associados a este vetor de intervenção (OT4, 5 e 6), relacionados com a prevenção e gestão de riscos (PI 5b), a proteção e recuperação da biodiversidade (PI 6d) e o fomento da eficiência energética e a utilização de energias renováveis (PI 4c), que juntas absorvem 35% do orçamento total do PO SUDOE 2014-2020. O montante residual é distribuído pela prioridade de proteção, promoção e desenvolvimento do património cultural e natural (6c),

com 8%, a promoção do espírito empresarial (também 8%) e o fomento de novos modelos empresariais (6%).

Esta distribuição financeira reflete uma clara intenção de focar os recursos financeiros nos desafios da economia do conhecimento e da inovação no Espaço SUDOE, consolidando-se redes de cooperação e resultados de excelência neste âmbito e potenciando o investimento em investigação em setores prioritários para o espaço de cooperação. Esta abordagem realiza-se numa lógica de especialização inteligente e fomentando o envolvimento das empresas em atividades de I+D+i.

RASCUNHO

Quadro 2: Apresentação da estratégia de investimento do Programa de cooperação

Eixo prioritário	Apoio do FEDER (EUR)	Percentagem (%) do total do apoio da União ao Programa de cooperação (por Fundo)			Objetivo temático ³	Prioridades de investimento ⁴	Objetivos específicos correspondentes às prioridades de investimento	Indicadores de resultados correspondentes ao objetivo específico
		FEDER	IEVP (se aplicável) ¹	IAP (se aplicável) ²				
1	39.519.894	37%			Promover a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	Promover o investimento empresarial em inovação e investigação bem como as sinergias entre empresas, centros de I+D e estabelecimentos de ensino superior (...)	Funcionamento sinérgico e em rede da I+I a nível transnacional, a partir da especialização inteligente	Redes de colaboração entre empresas e instituições de investigação estabelecidas
							Fomento da investigação aplicada e a sua divulgação, relacionada com as tecnologias facilitadoras essenciais	Novas tecnologias aplicadas no Espaço SUDOE

¹ Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria

² Instrumento de Assistência de Pré-adesão

³ Título do objetivo temático (não aplicável à assistência técnica)

⁴ Título da prioridade de investimento (não aplicável à assistência técnica)

Eixo prioritário	Apoio do FEDER (EUR)	Percentagem (%) do total do apoio da União ao Programa de cooperação (por Fundo)			Objetivo temático ³	Prioridades de investimento ⁴	Objetivos específicos correspondentes às prioridades de investimento	Indicadores de resultados correspondentes ao objetivo específico
		FEDER	IEVP (se aplicável) ¹	IAP (se aplicável) ²				
2	14.953.473	14%			Melhorar a competitividade das PME	Promoção do espírito empresarial, em particular facilitando o aproveitamento económico de novas ideias e estimulando a criação de novas empresas	Desenvolvimento de competências para o apoio às PME do Espaço SUDOE	PME que recorrem a serviços de desenvolvimento empresarial criados ou apoiados pelo SUDOE
						Desenvolvimento de novos modelos empresariais para as PME, em particular para a sua internacionalização.	Favorecimento de condições para a internacionalização das PME	PME que recorrem a serviços de internacionalização criadas ou apoiadas pelo SUDOE
3	11.749.158	11%			Favorecer a transição para uma economia de baixo carbono em todos os setores	Fomento da eficiência energética e a utilização de energias renováveis nas infraestruturas públicas, incluindo os edifícios públicos e o setor da habitação	Melhoria da eficácia das políticas de eficiência energética e do uso de fontes de energia renováveis nos edifícios públicos e habitações graças à cooperação transnacional.	Estratégias / iniciativas de eficiência energética nos edifícios ,fomentadas

Eixo prioritário	Apoio do FEDER (EUR)	Percentagem (%) do total do apoio da União ao Programa de cooperação (por Fundo)			Objetivo temático ³	Prioridades de investimento ⁴	Objetivos específicos correspondentes às prioridades de investimento	Indicadores de resultados correspondentes ao objetivo específico
		FEDER	IEVP (se aplicável) ¹	IAP (se aplicável) ²				
4	12.817.263	12%			Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	Fomento do investimento para abordar os riscos específicos, garantia de resiliência face às catástrofes e desenvolvimento de sistemas de gestão de catástrofes	Preparação de planos de prevenção, emergência e gestão de catástrofes e recuperação de zonas destruídas pelas mesmas	Estratégias transnacionais de gestão de riscos naturais no Espaço SUDOE
5	21.362.105	20%			Proteger o meio ambiente e promover a eficiência dos recursos	Proteção, promoção e desenvolvimento do património cultural e natural	Melhorar a valorização económica do património natural e cultural comum destacável numa lógica de desenvolvimento sustentável	Estratégias / planos de gestão melhorados, para a valorização económica dos recursos naturais.

Eixo prioritário	Apoio do FEDER (EUR)	Percentagem (%) do total do apoio da União ao Programa de cooperação (por Fundo)			Objetivo temático ³	Prioridades de investimento ⁴	Objetivos específicos correspondentes às prioridades de investimento	Indicadores de resultados correspondentes ao objetivo específico
		FEDER	IEVP (se aplicável) ¹	IAP (se aplicável) ²				
						Proteção e recuperação da biodiversidade e do solo e promoção de serviços relacionados com o ecossistema, incluindo a rede NATURA 2000 e as infraestruturas verdes	Preservar e recuperar a biodiversidade de espaços naturais do SUDOE com o objetivo de manter a qualidade ecológica dos espaços, o bem-estar e a qualidade de vida.	Estratégias / planos de gestão melhorados, participando na proteção dos espaços naturais mais emblemáticos
6	6.408.631	6%			Assistência Técnica			

RASCUM

SECÇÃO 2

EIXOS PRIORITÁRIOS

2.A. Descrição dos eixos prioritários distintos do da assistência técnica

2.A.1. EIXO PRIORITÁRIO 1: PROMOVER A INVESTIGAÇÃO, O
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E A INOVAÇÃO

RASCUNHO

2.A.2 Fundamentação do estabelecimento de um eixo prioritário que engloba mais do que um objetivo temático.

n.a.

2.A.3 Fundo e base de cálculo do apoio financeiro da União

Será definido mais adiante

2.A.4 Prioridade de Investimento 1b (PI 1b).

Promover o investimento empresarial em inovação e investigação, bem como as sinergias entre empresas, centros de I+D e estabelecimentos de ensino superior, em particular, no desenvolvimento de produtos e serviços, a transferência de tecnologia, a inovação social, a eco-inovação, as aplicações de serviços públicos, o estímulo da procura, ou trabalho em rede, os clusters e a inovação livre através da especialização inteligente, e o apoio tecnológico e a inovação aplicada, os projetos piloto, ações de rápida validação, melhoria dos artigos avançados e de primeira produção, em particular, as Key Enabling Technologies e a divulgação geral dos objetivos tecnológicos

2.A.5 Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e aos resultados esperados (PI 1b).

Objetivo Específico 1: Funcionamento sinérgico e em rede da I+I a nível transnacional a partir da especialização inteligente

Resultados que os Estados-Membros pretendem conseguir com o apoio financeiro da União

Neste objetivo específico propõe-se o reforço, a criação e a manutenção de redes, parcerias e outras formas de cooperação, dirigidos aos processos de I+D+i, bem como o aprofundamento das sinergias entre os agentes envolvidos nestes processos e o apoio das políticas públicas de fomento da inovação dentro do Espaço SUDOE.

Prevê-se que este processo gere economias de escala e uma maior eficiência e eficácia nas atividades de I+I desenvolvidas, bem como mudanças qualitativas no tecido económico do Espaço SUDOE. Consequentemente, procura-se promover a investigação de excelência, a inovação, o valor acrescentado na produção e a especialização inteligente dentro do Espaço SUDOE.

Pretende-se ainda que o funcionamento sinérgico e em rede se traduza, do ponto de vista organizativo, na criação de novos modelos de colaboração, que aumentem o nível de maturidade das redes de cooperação entre instituições de I+D+i dentro do Espaço SUDOE, na melhoria dos seus vínculos com o sistema produtivo local e regional e na promoção de um maior impacto territorial das ações financiadas ao abrigo deste objetivo. Além disso, pretende-se aumentar o nível de participação de instituições de I+D+i e de PME em iniciativas de investigação e inovação reconhecidas a nível europeu, para além de fomentar e contribuir para uma investigação de excelência no Espaço SUDOE, capaz de gerar resultados.

O envolvimento ativo e eficiente das PME, que representam a quase totalidade do tecido produtivo do Espaço SUDOE, é um elemento relevante para o êxito deste objetivo específico. Esse envolvimento melhoraria os níveis de colaboração em atividades de I+D+i e contribuiria para um maior nível de investimento privado em I+D+i e melhores níveis de transferência de tecnologia para o mercado. Consequentemente, é importante destacar as consequências positivas que se podem produzir em setores de conhecimento intensivo.

Pretende-se igualmente uma maior seletividade do investimento em I+D+i que aproveite os recursos endógenos e as vantagens competitivas do Espaço SUDOE. Por isso, sugere-se que o funcionamento sinérgico e em rede incida fundamentalmente sobre setores enquadrados nas estratégias regionais de especialização inteligente e identificados como relevantes para o Espaço SUDOE. Para o efeito, visa-se apoiar as regiões reforçando a interligação e cooperação entre diferentes estratégias de especialização inteligente que existam a nível transnacional.

Finalmente, espera-se que este funcionamento sinérgico e em rede permita uma maior aproximação entre as diferentes regiões do Espaço SUDOE, que se reflita através dos indicadores de inovação.

Quadro 3: Indicadores de resultados específicos do Programa (por objetivo específico) (PI 1b OE1)

Identificação	Indicador	Unidade de medida	Valor de referência	Ano de referência	Valor previsto (2023)	Fonte dos dados	Frequência dos relatórios
	Redes de colaboração entre empresas e instituições de investigação estabelecidas	N.º de redes	21	2012	51	Relatório de progresso dos projetos	Anual

Objetivo específico 2: Fomento da investigação aplicada e a sua divulgação relacionada com as tecnologias facilitadoras essenciais

Resultados que os Estados-Membros pretendem conseguir com a ajuda financeira da União

Neste objetivo, propõe-se o aprofundamento dos processos de transferência de tecnologia para o mercado, destacando a investigação aplicada relacionada com as Tecnologias Facilitadoras Essenciais (TFE): especialmente, orientado para a sua utilização nos setores mais relevantes para o Espaço SUDOE.

Finalmente, e em estreita relação com o objetivo específico anterior, será estimulado o fomento de investimentos em I+D+i (centrado nas TFE e na sua aplicação a setores relevantes do Espaço SUDOE) contribuindo deste modo para um desenvolvimento mais harmonioso entre as regiões do Espaço SUDOE. Isto significa aproximar as regiões com um perfil inovador modesto das mais inovadoras e consolidar os líderes em inovação e as plataformas tecnológicas e de conhecimento (*knowledge and technology hubs*).

Quadro 4: Indicadores de resultados específicos do Programa (por objetivo específico) (PI 1b OE2)

Identificação	Indicador	Unidade de medida	Valor de referência	Ano de referência	Valor previsto (2023)	Fonte dos dados	Frequência dos relatórios
	Novas tecnologias aplicadas no Espaço SUDOE	N.º de tecnologias	30	2012	80	Relatórios de progresso dos projetos + acordos formais de utilização/exploração/comercialização da tecnologia	Anual

2.A.6 Ações que serão financiadas no âmbito da prioridade de investimento (PI 1b).

2.A.6.1 Descrição da tipologia de ações que serão financiadas, com exemplos, ou o seu contributo previsto para objetivos específicos, incluindo, se aplicável, a identificação dos principais grupos destinatários, dos territórios específicos, destinatários e dos tipos de beneficiários (PI 1b).

Como orientação, o Programa identificou como prioritários os seguintes setores no âmbito das ações a realizar para 2014-2020, sem prejuízo de que os projetos possam também incidir sobre outros setores: indústria aeroespacial e aeronáutica; indústria automóvel; recursos hídricos (tratamento, utilização e oferta), serviços ambientais (gestão e proteção de riscos e da biodiversidade) e energia (tecnologias de produção, distribuição e armazenamento a partir de fontes renováveis); biotecnologia e saúde (incluindo a biomedicina e indústria farmacêutica); agroindústria e indústria madeireira; indústrias criativas (incluindo indústrias culturais); indústria têxtil, vestuário e calçado; tecnologias industriais (processos, equipamentos, maquinaria e componentes); e tecnologias da informação e das telecomunicações (incluindo eletrónica e informática); e o turismo.

No **objetivo específico 1 de funcionamento sinérgico e em rede**, propõem-se os seguintes tipos de ações:

- **Criação ou consolidação de plataformas de colaboração**

Inclui-se o apoio à criação, consolidação ou expansão de consórcios de investigação, clusters, campus de excelência e pólos de competitividade. Entre outras iniciativas, enquadram-se

nesta tipologia as atividades como a conceção estratégica e operacional, a identificação e seleção de parceiros, a formalização de plataformas, a definição de resultados e impactos, a conceção e implementação de agendas de investigação, planos de internacionalização e estratégias de pesquisa de fundos. Propõe-se, para orientação, uma abordagem centrada em setores chave já mencionados, que resultem do diagnóstico do Espaço SUDOE ou das estratégias de especialização inteligente (regionais ou nacionais)

- **Fomento da participação em Parceiras Europeias de Inovação (EIP) e de Plataformas Tecnológicas Europeias (ETP)**

Serão apoiadas as empresas e outros agentes do sistema de I+D+i das regiões envolvidas no Espaço SUDOE, em atividades que fomentem a sua participação em estruturas europeias como EIP ou ETP. Incluem-se as atividades como a implementação de agendas específicas de internacionalização destes agentes, apoio a eventos europeus, participação em projetos, etc.

- **Coordenação entre as estratégias regionais de especialização inteligente**

Nesta tipologia de ações serão valorizadas as ações que fomentem a conexão (*networking*), a avaliação comparativa (*benchmarking*) bem como o intercâmbio de boas práticas entre os grupos de trabalho e de apoio à elaboração das estratégias de especialização inteligente de cada região (nível NUT2) do Espaço SUDOE. Também inclui a conceção de planos de ação conjuntos para abordar desafios transnacionais comuns às regiões envolvidas.

- **Desenvolvimento de modelos de transferência de tecnologia, de gestão da inovação e de inovação aberta**

Neste tipo de ações inclui-se a conceção estratégica e operacional, a implementação, consolidação, expansão e/ou internacionalização de estruturas, tais como Parcerias de Transferência de Tecnologia (KTP, abreviatura em inglês), Aceleradoras de Transferência de Tecnologia (SATT, abreviatura em francês), Aceleradoras de Empresas e *Living Labs*, entre outros. Nesta tipologia de ações, incluem-se ainda os projetos de coordenação, o agrupamento e fortalecimento de *spin offs* e *start-ups* e também a experiência e o intercâmbio de boas práticas na utilização de modelos de *crowdsourcing* em processos de inovação.

Resultados esperados: Com as tipologias de ações propostas, visa-se alcançar uma maior coordenação entre os agentes de I+D+i (*funcionamento em rede*), baseado na implementação de modelos de cooperação mais flexíveis e competitivos (*funcionamento sinérgico*) e centrado na seleção de agendas de investigação e o respetivo esforço financeiro (*especialização inteligente*).

Beneficiários: Os potenciais beneficiários incluem os principais agentes do sistema científico e tecnológico: universidades, centros de investigação, centros tecnológicos, parques científicos e tecnológicos, clusters e outras associações empresariais. Inclui ainda as empresas,

com maior ênfase nas PME, e instituições governamentais e regionais relacionadas com a I+D+i, em especial as estratégias de especialização inteligente.

Âmbito geográfico: As tipologias de ações propostas abrangem todo o Espaço SUDOE, sem especificar nenhuma região concreta.

Relativamente ao objetivo específico 2 de fomento da investigação aplicada e a sua divulgação relacionada com as tecnologias facilitadoras essenciais, propõem-se as seguintes tipologias de ações:

- **Consolidação de cadeias de valor no âmbito das TFE**

Este tipo de ações visa fortalecer as cadeias de valor em diferentes âmbitos produtivos mediante a aplicação das TFE. Incidir-se-á sobre toda a cadeia, desde a investigação, desenvolvimento de produtos ou processos, demonstração, até ao fabrico competitivo. Para o efeito, serão envolvidos os diferentes agentes das diferentes regiões que fazem parte do Espaço SUDOE, apoiando-os na internacionalização das suas atividades, reuniões bilaterais (*matchmaking*) entre agentes locais de I+D+i, identificação de sinergias e/ou complementaridades entre eles e a exploração de *spill over*

- **Desenvolvimento de ações piloto e projetos demonstrativos multi-TFE a nível transnacional**

Esta tipologia de ações pretende contribuir para a validação tecnológica e a demonstração operacional em âmbitos relevantes das tecnologias desenvolvidas bem como a exploração de resultados de investigação nestas áreas. O desenvolvimento de ações piloto, projetos demonstrativos ou a construção de protótipos são alguns exemplos de iniciativas a apoiar. É importante assinalar que serão avaliadas iniciativas de “fertilização cruzada” envolvendo diferentes TFE e as suas aplicações.

- **Divulgação de tecnologias TFE a nível de empresas e outras infraestruturas de I+D+i**

Neste âmbito serão apoiadas ações de divulgação e sensibilização, seminários sobre as TFE, as suas aplicações e benefícios; projetos transnacionais de transferência de boas práticas para o intercâmbio de experiências e o desenvolvimento da cooperação no âmbito da investigação e aplicação das TFE; programas transnacionais ou internacionais bilaterais para o fomento da comercialização das TFE e a sua introdução no mercado.

- **Aplicação da inovação para a melhoria da proteção do meio ambiente**

Nesta tipologia de ações enquadram-se as atividades de investigação aplicada, o desenvolvimento de ações piloto e a experimentação de novos produtos, serviços e soluções com o objetivo de reforçar a proteção ambiental no Espaço SUDOE. As iniciativas implementadas neste tipo de ações incluirão âmbitos como os recursos hídricos (tecnologias para a gestão eficiente, desenvolvimento do potencial de poupança, sistemas de distribuição inteligente, monitorização da qualidade, sistemas de regadio ou abastecimento, etc.), os resíduos sólidos urbanos (tecnologias para controlo de poluição, aproveitamento para fins

energéticos, etc.) ou os solos (sistemas de monitorização e controlo de nutrientes, previsão de riscos, etc.).

Resultados esperados: Este objetivo específico funcionará de modo subsidiário ou complementar ao Horizon 2020, promovendo uma abordagem sectorial e territorial (relacionada com as TFE e a sua aplicação em setores relevantes para o Espaço SUDOE) incidindo sobre os métodos avançados de desenvolvimento tecnológico (como a demonstração de produtos ou o fabrico competitivo - tipos de ações 2 e 4). Assim, destaca-se o desenvolvimento de redes e estruturas de colaboração entre agentes de I+D+i em redor das TFE (tipos de ações 1 e 3), que possam posteriormente procurar financiamento ao abrigo das convocatórias do Horizon 2020.

Beneficiários: Estas tipologias de ações estão orientadas para todos os agentes de I+D+i a nível transnacional, sendo particularmente aplicáveis àqueles com maior potencial para contribuir para a integração de cadeias de valor e para a criação de complementaridades e sinergias a nível transnacional: empresas, em especial as PME, bem como clusters, redes ou consórcios de investigação.

Âmbito geográfico: As tipologias de ações propostas abrangem todo o Espaço SUDOE, sem especificar nenhuma região concreta.

2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção de operações (PI 1b).

Para a prioridade de investimento 1b, as diretrizes propostas para a seleção de operações estão relacionadas com o proposto em cada objetivo específico e incluem:

- 1. Diversidade de tipos de regiões envolvidas:** Será valorizado se os projetos se realizam por parcerias e consórcios que integrem um conjunto de diferentes agentes pertencentes a regiões que tenham um nível diferente de desenvolvimento tecnológico (refletido através dos seus indicadores)
- 2. Seletividade do investimento:** Serão consideradas prioritárias as operações centradas em setores de atividade relevantes para o Espaço SUDOE previamente identificados.
- 3. Valor acrescentado a nível regional, transnacional e europeu:** As operações deverão demonstrar o impacto das atividades, e os seus resultados deverão dizer respeito às regiões envolvidas. Além disso, os resultados obtidos deverão contribuir para o alcance das metas da Estratégia Europa 2020 e dos desafios e objetivos da iniciativa emblemática 'União da inovação'.

2.A.6.5 Indicadores de resultado (por prioridade de investimento) (PI 1b).

Quadro 5: Indicadores de resultado comuns e específicos do Programa (PI 1b)

Identificação	Indicador	Unidade de medida	Valor previsto (2023)	Fonte dos dados	Frequência dos relatórios
	Empresas que cooperam com instituições de investigação em projetos de investigação financiados pelo SUDOE	N.º de empresas	300	Relatórios de progressos dos projetos	Anual
	Centros de investigação que participam em projetos de investigação transnacionais	N.º de centros de investigação	300	Relatórios de progresso dos projetos	Anual

2.A.1. EIXO PRIORITÁRIO 2: MELHORAR A COMPETITIVIDADE DAS PME

2.A.2 Fundamentação do estabelecimento de um eixo prioritário que abrange mais do que um objetivo temático.

n.a.

2.A.3 Fundo e base de cálculo do apoio financeiro da União

Será definido mais adiante

2.A.4 Prioridade de Investimento 3a (PI 3a).

Promoção do espírito empresarial, em particular, facilitando o aproveitamento económico de novas ideias e estimulando a criação de novas empresas

2.A.5 Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e resultados esperados (PI 3a).

Objetivo Específico 1: desenvolvimento de competências para o apoio às empresas do Espaço SUDOE

Resultados que os Estados-Membros pretendem conseguir com o apoio financeiro da União

As PME representam a grande maioria do tecido empresarial do Espaço SUDOE e são também uma das mais importantes fontes de emprego. No entanto, são também mais vulneráveis aos efeitos da crise económica que afeta a maioria das regiões do Espaço SUDOE. As empresas deste tamanho enfrentam, no geral, diferentes desafios que dificultam a sua competitividade num contexto de redução do investimento e do consumo, como é o do acesso limitado ao crédito, a fraca capacidade de inovação e as dificuldades em procurar mercados externos, entre outras.

Este objetivo específico propõe incentivar a criação de competências e a pesquisa de soluções transnacionais mais eficientes e efetivas para apoiar as PME nas suas necessidades específicas, concebendo ações que contribuam para o reforço da sua sustentabilidade (financeira e não financeira) no Espaço SUDOE.

Este desenvolvimento de competências implica trabalhar fundamentalmente com as instituições e os serviços de apoio ao desenvolvimento empresarial. Isto implica, em primeiro lugar, facilitar a criação de um ambiente favorável à exploração, ao desenvolvimento e à consolidação de novas ideias de negócio. Neste contexto, propõe-se fortalecer e articular serviços e instituições de apoio às PME de modo a que se possam munir de respostas mais eficazes, coordenadas, próximas e inovadoras da realidade e dos desafios das PME do Espaço SUDOE. Neste âmbito, enquadram-se as duas primeiras tipologias de ações propostas neste objetivo específico, como sejam o aperfeiçoamento das instituições de apoio e o desenvolvimento de novos serviços e serviços inovadores de apoio ao desenvolvimento empresarial.

Assim, este desenvolvimento de competências implica também criar condições que ajudem a incentivar o desenvolvimento empresarial propriamente dito, através da exploração de ideias de negócio em setores estratégicos e relevantes para a economia do Espaço SUDOE e que contribuam para uma maior integração nas cadeias de valor a nível transnacional. Para superar este desafio, propõe-se a terceira tipologia de ações, enquadrado neste objetivo específico.

Finalmente, este desenvolvimento de competências implica também que o foco esteja na resolução de problemas específicos que as PME enfrentam no seu processo de desenvolvimento empresarial, como a pesquisa e o acesso ao financiamento. A dimensão transnacional permite, neste âmbito, o desenvolvimento de iniciativas conjuntas e o facto de poder abordar estes aspetos de um modo coordenado, bem como a divulgação de informação e a aproximação entre PME e investidores. Estas atividades enquadram-se na quarta tipologia de ações propostas para este objetivo específico.

Quadro 6: Indicadores de resultados específicos do Programa (por objetivo específico) (PI 3a)

Identificação	Indicador	Unidade de medida	Valor de referência	Ano de referência	Valor previsto (2023)	Fonte dos dados	Frequência dos relatórios
	PME que recorrem a serviços de desenvolvimento empresarial criados ou apoiados pelo SUDOE	N.º de empresas	1474	2012	2948	Relatórios de progresso dos projetos	<i>Anual</i>

2.A.6 Ações que serão financiadas no âmbito da prioridade de investimento (PI 3a).

2.A.6.1 Descrição da tipologia de ações que serão financiadas, com exemplos, ou o seu contributo previsto para objetivos específicos, incluindo, se aplicável, a identificação dos principais grupos destinatários, dos territórios específicos, destinatários e dos tipos de beneficiários (PI 3a).

- **Fortalecimento das instituições de apoio empresarial**

O objetivo desta tipologia de ações é promover a excelência na atuação e gestão das instituições de apoio empresarial do Espaço SUDOE, tais como incubadoras de empresas, aceleradoras de empresas, parques tecnológicos, associações de comerciantes, associações industriais, gabinetes de apoio aos empreendedores, etc., dotando-as de uma maior capacidade de resposta às exigências e necessidades das PME.

Neste âmbito será possível fomentar o apoio a iniciativas de melhoria do funcionamento e processos internos, como a certificação de instituições de apoio empresarial, iniciativas de qualificação do pessoal, programas de permanência e de capacitação para gestores dessas instituições, ou iniciativas de *benchmarking* bem como incorporação de experiências que apoiem o fortalecimento institucional dessas organizações.

- **Desenvolvimento de novos serviços e serviços inovadores de apoio ao desenvolvimento empresarial**

Esta tipologia de ações centra-se nos serviços prestados pelas instituições de apoio ao desenvolvimento empresarial (e não nas instituições propriamente ditas, que serão beneficiadas diretamente pela tipologia 1).

A sua finalidade consiste em estimular a inovação aplicada aos serviços de apoio ao desenvolvimento empresarial, criando novos serviços ou aperfeiçoando/consolidando serviços já existentes, de modo a que o apoio às PME seja mais eficaz e mais eficiente.

Neste âmbito prevêem-se iniciativas como o desenvolvimento de serviços de vigilância tecnológica (identificação e divulgação de informação e oportunidades relacionadas com a I+D+i, desenvolvimento tecnológico e TIC, etc.), a criação de redes regionais de apoio ao empreendedorismo sob uma lógica de serviços de proximidade, o desenvolvimento de aceleradoras de empresas ou o intercâmbio de boas práticas de apoio empresarial a nível transnacional.

- **Promoção do empreendedorismo em setores chave**

Esta tipologia de ações visa apoiar de forma mais direta o lançamento de novas ideias de negócio em setores relevantes para o Espaço SUDOE, incluindo o serviço e o apoio técnico e especializado a empresas recentemente criadas nestes setores.

Os setores contemplados por este tipo de ações incluem, como orientação, os mais relevantes dentro do Espaço SUDOE, destacando os identificados dentro da lógica de especialização inteligente e de promoção das TFE, previamente assinalados no eixo prioritário 1.

No âmbito deste tipo de ações colocam-se iniciativas como a consultoria as *start-ups* e *spin-off*, a elaboração e implementação de planos comuns (negócio, investimento, marketing), *coaching* e *mentoring*.

- **Apoio a atividades de informação sobre financiamento**

Esta tipologia de ações fomenta o desenvolvimento de iniciativas que facilitem o conhecimento e o acesso das PME aos instrumentos financeiros disponíveis, tanto no âmbito da União Europeia (como os programas COSME e o Instrumento PME do Horizon 2020) como paralelamente em cada um dos países e regiões que pertencem ao Espaço SUDOE.

Resultados esperados: A implementação deste objetivo específico contribuirá, por um lado, para facilitar o acesso das PME a serviços de apoio ao desenvolvimento empresarial existentes no Espaço SUDOE e por outro, para aperfeiçoar esses mesmos serviços (ou seja, melhorar a sua capacidade de responder de forma eficaz e eficiente às exigências das PME).

Assim, este objetivo específico poderá contribuir para melhorar a capacidade de resiliência das PME e, portanto, fortalecer as suas estratégias e mecanismos de resposta perante futuras crises económicas.

Beneficiários: De forma destacada, instituições públicas e privadas de apoio à criação e expansão de empresas, tais como incubadoras e aceleradoras de empresas, parques empresariais, parques tecnológicos, etc.; instituições bancárias e outras instituições públicas ou privadas com capacidade de financiamento; estruturas de representação sectorial, como associações industriais e associações empresariais.

Âmbito geográfico: As tipologias de ações propostas abrangem todo o Espaço SUDOE, sem especificar nenhuma região concreta.

2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção de operações (PI 3a).

- **Âmbito geográfico:** Nesta prioridade de investimento não se contemplam abordagens territoriais específicas dirigidas a regiões dentro do Espaço SUDOE.

- **Especificação sectorial:** Serão considerados os projetos relacionados com setores relevantes dentro do Espaço SUDOE, intensivos em conhecimento e aplicação tecnológica,

e/ou considerados prioritários no âmbito das estratégias de especialização inteligente das regiões envolvidas;

- **Impacto sobre o território:** Serão avaliados positivamente os projetos que favoreçam o aproveitamento dos recursos endógenos dos territórios envolvidos.

2.A.6.5 Indicadores de resultado (por prioridade de investimento) (PI 3a).

Quadro 7: Indicadores de resultado comuns e específicos do Programa (PI 3a)

Identificação	Indicador	Unidade de medida	Valor previsto (2023)	Fonte dos dados	Frequência dos relatórios
	Serviços de desenvolvimento empresarial criados ou apoiados pelo SUDOE	N.º de serviços	33	Relatórios de progresso dos projetos	Anual

2.A.4 Prioridade de Investimento 3b (PI 3b).

Desenvolvimento de novos modelos empresariais para as PME, em particular para a sua internacionalização

2.A.5 Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e resultados esperados (PI 3b).

Objetivo Específico 1: Favorecimento de condições para a internacionalização das PME

Resultados que os Estados-Membros pretendem conseguir com o apoio financeiro da União

Em geral, as PME do Espaço SUDOE centram as suas prioridades estratégicas nos seus respetivos mercados internos (regionais ou nacionais). No entanto, apesar da sua particular vulnerabilidade, o atual contexto de crise económica exige, como estratégia para manter a sua atividade, a saída para mercados externos.

Para o efeito, as PME enfrentam diversas dificuldades no acesso a estes novos mercados internacionais, devido às suas próprias limitações, entre as quais se destacam as de carácter financeiro, recursos humanos, desconhecimento dos mercados ou instrumentos de apoio disponíveis. Estas limitações têm-se agravado devido ao próprio contexto de crise e à complexidade dos procedimentos associados à internacionalização.

Este objetivo específico não prevê o apoio direto à internacionalização das empresas, mas cria as condições que possam contribuir para alcançar esse desafio, através do desenvolvimento de novas abordagens, instrumentos e estratégias que facilitem o acesso das PME a mercados externos.

Tendo em conta estes desafios, as tipologias de ações propostas intervêm em diferentes fases do processo de internacionalização.

Por tipologia de ações, a primeira incide sobre a criação e consolidação de redes e serviços de apoio à internacionalização, destacando o fomento da cooperação entre PME.

Em relação à segunda tipologia, esta incide sobre os serviços de apoio relacionados com a promoção internacional, destacando especialmente o desenvolvimento e a internacionalização de modelos de cooperação empresarial.

Neste objetivo específico, o foco estará nos setores relevantes dentro do Espaço SUDOE, relacionados com as TFE e nos setores prioritários identificados através das estratégias de especialização inteligente e com elevado potencial de crescimento no seu processo de internacionalização.

Quadro 8: Indicadores de resultados específicos do Programa (por objetivo específico) (PI 3b)

Identificação	Indicador	Unidade de medida	Valor de referência	Ano de referência	Valor previsto (2023)	Fonte dos dados	Frequência dos relatórios
	PME que recorrem a serviços de internacionalização criados ou apoiados ao abrigo do SUDOE	N.º de empresas	93	2012	243	Relatórios de progresso dos projetos	Anual

2.A.6 Ações que serão financiadas no âmbito da prioridade de investimento (PI 3b).

2.A.6.1 Descrição da tipologia de ações que serão financiadas, com exemplos, ou o seu contributo previsto para os objetivos específicos, incluindo, se aplicável, a identificação dos principais grupos destinatários, dos territórios específicos, destinatários e dos tipos de beneficiários (PI 3b).

- **Criação e consolidação de redes e serviços de apoio à internacionalização**

As operações que serão financiadas deverão fomentar/facilitar a promoção externa das PME do Espaço SUDOE como premissa fundamental para a criação de negócios e para uma presença internacional consolidada e sustentável. Prevê-se uma especial incidência na cooperação entre PME como mecanismo de apoio.

No âmbito deste tipo de ações enquadram-se ações como o desenvolvimento/consolidação/expansão de associações de empresas, ações conjuntas de marketing internacional, divulgação de informações sobre mercados e iniciativas de posicionamento de mercado e de inteligência de mercado (*Marketplace / market intelligence*) entre outros.

- **Apoio ao desenvolvimento e internacionalização de modelos de cooperação empresarial**

A abordagem desta tipologia de ações é promover o desenvolvimento e a internacionalização de modelos de cooperação entre empresas com o objetivo de fomentar um apoio mais eficiente dirigido aos mercados externos, criando novas oportunidades de negócio para as empresas e fortalecendo a integração das suas cadeias de valor em setores relevantes a nível transnacional.

As operações que serão financiadas poderão incidir sobre diferentes fases de evolução de iniciativas de cooperação entre empresas, desde a sua constituição até à sua internacionalização, incluindo a consolidação, expansão e certificação, por exemplo.

Entre outras iniciativas enquadráveis neste âmbito, destacam-se a criação/consolidação/expansão de redes temáticas ou de redes de excelência, o envolvimento de empresas do Espaço SUDOE nessas redes, iniciativas *brokerage* e *networking* e *capacity building*

Resultados esperados: A implementação deste objetivo específico contribuirá, por um lado, para que o apoio e consolidação das PME do Espaço SUDOE nos mercados internacionais seja

mais eficiente (ou seja, que produza resultados relevantes e permanentes), e por outro, para a existência de modelos mais adequados (baseados na cooperação entre empresas com o apoio de instituições e serviços com melhor preparação para este desafio).

Beneficiários: Instituições de apoio à internacionalização, tais como as câmaras de comércio, centros internacionais de negócios, associações empresariais e comerciais, instituições públicas, incubadoras de empresas exportadoras, clusters, entre outras.

Âmbito geográfico: As tipologias de ações propostas abrangem todo o Espaço SUDOE, sem especificar nenhuma região concreta.

2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção de operações (PI 3b).

Para a prioridade de investimento 3b, as diretrizes para a seleção de operações incluem:

1. **Diversificação de mercados:** Serão consideradas prioritárias as operações que se proponham trabalhar novos mercados para as empresas envolvidas, bem como a consolidação de mercados mediante iniciativas que considerem esta fase no processo de internacionalização
2. **Setores estratégicos:** Serão consideradas prioritárias as operações relacionadas com setores identificados como relevantes dentro do Espaço SUDOE, relacionados com as TFE ou com os setores identificados como prioritários no âmbito das estratégias de especialização inteligente das regiões do Espaço SUDOE, sem prejuízo da possibilidade de aprovação de operações noutros setores.
3. **Exportação de bens ou serviços intensivos em conhecimento:** Serão consideradas prioritárias as operações relacionadas com a exportação de bens ou serviços intensivos em conhecimento, com elevado potencial de desenvolvimento tecnológico e inovação, e que possam acrescentar valor ao volume de negócios e de exportação das empresas envolvidas.

2.A.6.5 Indicadores de resultado (por prioridade de investimento) (PI 3b).

Quadro 9 Indicadores de resultado comuns e específicos do Programa (PI 3b)

Identificação	Indicador	Unidade de medida	Valor previsto (2023)	Fonte dos dados	Frequência dos relatórios
	Serviços de internacionalização criados ou apoiados pelo SUDOE	N.º de serviços	22	Relatórios de progresso dos projetos	Anual

RASCUNHO

2.A.1 EIXO PRIORITÁRIO 3: FAVORECER A TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA
DE BAIXO CARBONO EM TODOS OS SETORES

RASCUNHO

2.A.2 Fundamentação da criação de um eixo prioritário que cubra mais do que um objetivo temático.

n.a.

2.A.3 Fundo e base de cálculo do apoio financeiro da União

Será definido mais adiante

2.A.4 Prioridade de Investimento 4c (PI 4c).

Fomento da eficiência energética e a utilização de energias renováveis nas infraestruturas públicas, incluindo os edifícios públicos e o setor da habitação

2.A.5 Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e aos resultados esperados (PI 4c).

Objetivo Específico 1: Melhoria da eficácia das políticas de eficiência energética e do uso de fontes de energia renováveis nos edifícios públicos e habitações graças à cooperação transnacional.

Resultados que os Estados-Membros pretendem conseguir com o apoio da União

A estratégia do Programa SUDOE em matéria de transição energética consiste em contribuir, através da cooperação transnacional, para a melhoria dos dispositivos nacionais e regionais concebidos para a redução da fatura energética e em lutar contra as emissões de gases de efeito de estufa, beneficiando o potencial da economia verde. Este objetivo específico centra-se na melhoria da eficiência energética e na utilização das energias renováveis em edifícios públicos e habitações.

A eficiência energética, especialmente na construção, é o primeiro eixo de ação na mudança para uma economia de baixo carbono. O setor da construção representa quase metade do consumo de energia e é igualmente a origem de quase um terço das emissões de gases de efeito de estufa. Existe uma fonte importante de poupança energética na reabilitação energética dos edifícios e lares que necessita de melhorar as qualificações dos gestores de parques habitacionais ou das administrações, bem como de melhorar a observação e o

conhecimento no que respeita ao consumo, através de uma evolução nos comportamentos e utilizações energéticas.

O segundo eixo de ação centra-se na utilização das energias renováveis locais nos edifícios públicos e nos parques habitacionais, sempre que possível. O diagnóstico assinala que o território beneficia de boas condições para a utilização de energias renováveis (eólica, solar, biomassa) que, apesar de um nível de desenvolvimento muito variável entre países, regiões ou de uma a outra fonte de energia, poderia contribuir para dar resposta ao aumento da procura energética. Por isso, é necessário sensibilizar os agentes de diferentes níveis de responsabilidade sobre a necessidade de aproveitar fontes de energia renováveis locais, bem como avaliar a viabilidade de estratégias de distribuição de energia que integrem fontes de energia renováveis locais.

Os resultados esperados da cooperação transnacional em matéria de energia renovável e eficiência energética devem permitir soluções novas para o aumento da utilização das energias renováveis, a redução das emissões de gases de efeito de estufa e a maior eficiência do consumo energético de edifícios públicos e habitações. Estas soluções poderão ser solicitadas e financiadas através dos programas regionais, pelo que um dos resultados esperados desta prioridade de investimento será o reforço das estratégias elaboradas nos programas regionais FEDER. Além disso, o Programa será dirigido a agentes públicos, os principais planificadores na área habitacional. Nesse sentido, as suas ações servirão de exemplo de boas práticas e poderão catalisar a sua implementação no setor privado.

Quadro 10: Indicadores de resultados específicos do Programa (por objetivo específico) (PI 4c)

Identificação	Indicador	Unidade de medida	Valor de referência	Ano de referência	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência dos relatórios
	Número de estratégias / iniciativas de eficiência energética fomentadas nos edifícios	Nº	9	2013	12	Relatórios de progresso dos projetos	Anual

2.A.6 Ações que serão financiadas no âmbito da prioridade de investimento (PI 4c).

2.A.6.1 Descrição das tipologias de ações que serão financiadas, com exemplos, ou o seu contributo previsto para os objetivos específicos, incluindo, se aplicável, a identificação dos principais grupos destinatários, dos territórios específicos, destinatários e dos tipos de beneficiários (PI 4c).

As tipologias de ações deste objetivo específico estão relacionadas com os resultados esperados para esta prioridade de investimento e estão divididos em 6 tipologias fundamentais:

- **Incentivar a transferência da inovação, a sua valorização e aplicação.**

Trata-se de favorecer a cooperação entre os agentes chave do setor (centros de inovação e clusters especializados, gestores públicos e empresas) na transferência de tecnologias e na sua aplicação, bem como a valorização da investigação e a inovação na área da eficiência energética. Para o efeito, sempre que possível, será estimulada a utilização de energias renováveis aplicada a edifícios públicos e ao setor da habitação.

O diagnóstico identifica a necessidade de apoiar a tecnologia e a transferência de conhecimento relativamente à baixa emissão de carbono em setores com um forte consumo de energia e, especialmente, na construção sustentável. De igual modo, recorda que é necessário criar uma massa crítica para a implementação de tecnologias de baixo carbono contribuindo para os objetivos de crescimento sustentável EU 2020.

A valorização da inovação deve dirigir-se prioritariamente às coletividades públicas e organismos gestores de parques habitacionais (escritórios de gestão desses parques habitacionais, por exemplo) bem como a empresas de diferentes setores profissionais

(construção, urbanismo, arquitetura, energia...). Estes grupos situam-se no extremo do ciclo de inovação, tratando-se em muitos casos de ações com um forte caráter experimental.

O Programa apoiará ações de aplicação e comercialização de soluções à escala transnacional que resultam da I+D+i, em colaboração com a eficiência energética, a utilização de energias renováveis, a eco-construção e qualquer outro setor que intervenha na maior eficiência no consumo energético na construção e no seu impacto ecológico. Para o efeito, será promovida a participação das PME e a criação de redes e iniciativas que estimulem o agrupamento de empresas. A título de exemplo, destaca-se a investigação, os estudos e as colaborações que visem a implementação da inovação no âmbito da eficiência energética da construção, favorecendo o desenvolvimento de ações energéticas territoriais e adaptadas a zonas específicas e com forte caráter de transferibilidade. As ações serão dirigidas à implementação de novas soluções energéticas com uma abordagem integrada, incluindo o incentivo da capitalização e a cooperação entre os programas Horizon 2020, cooperação e regionais FEDER, elegíveis na zona SUDOE. De igual modo serão promovidas as ações de formação e de qualificação, particularmente de profissionais (criativos, arquitetos, urbanistas, instaladores, estudantes) do setor energético e da construção, reabilitação e manutenção.

- **Impulsionar a alteração de comportamentos dos decisores, agentes económicos e do grande público.**

Propõe-se o desenvolvimento de ações de informação no sentido da redução e de uma utilização mais eficiente do consumo energético nos edifícios públicos, que implique um grande número de diferentes agentes (autoridades nacionais, coletividades, promotores, empresas, habitantes). Neste contexto, a cooperação à escala SUDOE pode proporcionar um verdadeiro valor acrescentado na matéria, com a conjugação de meios e conhecimentos .

O Programa fomentará ações conjuntas com o objetivo de envolver os seguintes agentes :

- Autoridades de âmbito nacional responsáveis por elaborar regulamentação comum e/ou programas de investimento ou de reabilitação energética de edifícios públicos orientados para o aumento da eficiência energética das construções;
- Administrações e organismos públicos que fomentam ações de promoção e construção de habitações, e que têm a capacidade de orientar os requisitos específicos para uma abordagem mais ecológica e para a redução da fatura energética nas modalidades de construção e reabilitação;
- Promotores e empresas que intervêm na construção, reabilitação e isolamento de edifícios e cuja qualificação e experiência pressupõe um elevado valor acrescentado para melhorar a eficácia do investimento a realizar.

O comportamento dos inquilinos dos edifícios e a manutenção dos mesmos pressupõe, para além disso, alguns aspetos importantes no âmbito da redução do consumo energético e para o efeito é necessária a realização de ações de sensibilização. Em alguns casos, a eficácia dos investimentos levados a cabo (tecnologia, sistemas, materiais, inquéritos) é mais reduzida do

que o esperado, já que muitos deles não estão adaptados aos usos da população. Este campo de ação, em matéria de eficiência energética, costuma ser pouco abordado, sendo possível realizar ações que racionalizem a realização de investimentos e reforcem o seu impacto. A cooperação transnacional deve permitir olhar para esta aposta de forma mais intensa e apoiar o surgimento de soluções inovadoras, práticas e procedimentos aplicáveis para o conjunto do território SUDOE, podendo alterar comportamentos tendo em vista à maior eficiência do consumo energético.

- **Ferramentas de observação e análise.**

É necessário apoiar as ações de observação e análise do impacto das soluções, estratégias e comportamentos realizados para propiciar a capitalização destas experiências no seio do Espaço SUDOE e obter uma melhor harmonização das intervenções. Em particular, o trabalho de sensibilização da população ou dos responsáveis pela tomada de decisão, necessitará de ferramentas de observação que obtenham, de forma individualizada, a despesa das diferentes fontes de consumo (aquecimento, água quente). Estes elementos servirão de aliciente para uma melhor adaptação das tecnologias aplicadas às utilizações dos seus habitantes. Para o efeito, os projetos como os observatórios transnacionais favorecem a comparação dos consumidores, seus comportamentos, os modos de gestão, as tecnologias empregues, a poupança energética, etc. e serão apoiados através do PO.

- **Acompanhamento dos projetos de poupança energética nas infraestruturas e administrações públicas e habitações.**

O Programa visa apoiar a colaboração entre os agentes públicos e as autoridades locais e nacionais, com o objetivo de favorecer a eficiência energética dos serviços públicos prestados a todos os níveis da administração, incluindo os edifícios públicos (renovação e construção com boas prestações e exemplos “BBC”; iluminação pública, melhoria de sistemas de aquecimento e de ventilação, acompanhamento de consumos, estudos e diagnóstico) e além disso, no que respeita à melhoria da eficácia dos sistemas informáticos e da sua regulamentação. As operações conjuntas serão dirigidas a estimativas do emprego de recursos locais do Espaço SUDOE, favorecendo a utilização de biomateriais e de produtos reciclados para a construção / reabilitação do isolamento térmico.

O Programa fomentará ações de acompanhamento, tanto em matéria de planificação estratégica como de gestão, implementação operacional ou ações de acompanhamento a proprietários e inquilinos (em termos de utilização, alteração de comportamentos...). Em particular, o Programa poderá apoiar as iniciativas de melhoria da eficiência energética estabelecidas no âmbito dos projetos urbanos integrados.

Neste contexto, a concentração temática da política de coesão desenvolvida pela União Europeia estabelece que o conjunto das regiões do Espaço SUDOE implante programas de investimento, sobretudo nas zonas urbanas. Para o efeito, a cooperação deve permitir reforçar a eficácia das estratégias regionais e dos investimentos programados noutros contextos e, em particular, através dos programas regionais FEDER, mediante o intercâmbio de conhecimentos, a capitalização de experiências, a experiência comum e o desenvolvimento de experiências piloto com efeito demonstrativo. Além disso, as soluções desenvolvidas e

partilhadas no âmbito da cooperação deverão poder ser implementadas no quadro dos programas regionais FEDER, particularmente através de estratégias urbanas integradas que sejam apoiadas por estes programas.

A título de exemplo destacam-se as seguintes propostas:

- Realização de ações piloto de renovação que permitam demonstrar a viabilidade da aplicação de inovações na área da melhoria da eficiência energética em edifícios, bem como em projetos estruturantes (estratégicos), tais como o(s) observatório(s) transnacional(ais). Estes tipos de ações deverão incorporar critérios específicos, como o número limitado de operações (em função das especificidades técnicas), um número mínimo de regiões envolvidas e a presença de agentes chave. Os projetos a implementar deverão ter uma forte capacidade demonstrativa e um interesse significativo a nível transnacional, de modo a que os resultados possam ser transferidos para outras zonas do Espaço SUDOE e para outros espaços de cooperação, demonstrando o elevado valor acrescentado que a cooperação proporciona à sua realização. Os investimentos ou trabalhos deverão ser fomentados no âmbito de ações piloto.
 - Ações dirigidas à melhoria do conhecimento das necessidades em matéria de renovação/adaptação, qualificação em matéria de gestão, bem como de implementação operacional e planificação. Em determinados aspetos, os projetos poderão desencadear, através de intercâmbios, ações de identificação e capitalização, práticas e estudos cujo interesse ultrapasse o âmbito meramente local. Estas atividades serão direcionadas para o apoio na definição da implementação de estratégias globais de redução do consumo energético, permitindo incorporar essas intervenções num quadro de concertação, com o objetivo de elaborar documentos estratégicos e planos de ações.
 - Ações comuns de reforço de competências, partilha e criação de rede de competências, bem como plataformas transnacionais de apoio estratégico dirigido à investigação de soluções operacionais, facilitadas pelo desenvolvimento de redes de profissionais do setor (gestores, engenheiros, ...). Estas atividades serão desenvolvidas com o objetivo de acompanhar as autoridades públicas nos seus projetos e ações de gestão de reabilitação e otimização energética.
 - Criação de ferramentas conjuntas/partilhadas de observação do consumo energético, avaliação de ganhos energéticos obtidos através de operações de reabilitação, mobilização da população ou ações que permitam a redução do consumo energético, por exemplo, através da utilização das TIC.
- **Ações que beneficiem a melhoria da utilização de fontes de energia renováveis nos edifícios e nas habitações**
O Programa apoiará as iniciativas que incorporem ou incrementem a utilização de fontes de energia renováveis nos edifícios. A cooperação deverá permitir a elaboração de planos de gestão sustentáveis ou de soluções práticas para a disponibilização constante de fontes

de energia renováveis locais. Além disso, fomentará as experiências sobre a viabilidade das estratégias de distribuição de energia que integrem fontes de energia renováveis locais, especialmente através da transferência, divulgação e capitalização de resultados.

Resultados esperados: Melhoria da eficácia dos planos de renovação e de reabilitação térmica e da utilização das energias renováveis nos edifícios públicos e de habitação, que se traduza numa maior eficiência do consumo energético.

Beneficiários:

- Organismos públicos: autoridades nacionais, regionais ou locais e os seus agrupamentos, incluindo à escala transnacional; estabelecimentos públicos e organismos gestores de parques de habitação social (gabinetes de habitações sociais, por exemplo), serviços de energia e meio ambiente; agências de meio ambiente; universidades, institutos de investigação e centros tecnológicos.
- Operadores económicos e empresas: especialistas de diferentes áreas profissionais (construção, urbanismo, arquitetura, energia,...) câmaras consulares, associações profissionais e organismos de certificação e controlo.
- Clusters e pólos de competitividade especializados nos setores da energia e das TIC aplicadas à construção, à eco-construção, à engenharia ecológica, etc.

Âmbito geográfico: Não se propõe uma abordagem territorial específica para a aplicação destas tipologias de ações. Recomenda-se uma forte participação de agentes das zonas metropolitanas e da área da renovação urbana.

2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção de operações (PI 4c).

Para a prioridade de investimento 4c, as diretrizes propostas para a seleção de operações estão de acordo com o teor de cada objetivo específico e incluem:

1. Inovações, investigação e tecnologias implementadas localmente devem ser coerentes com as estratégias nacionais de inovação e as estratégias de especialização inteligente.
2. Será considerada prioritária qualquer ação cujo objetivo seja promover a eficiência energética nas infraestruturas públicas e nas habitações, em particular os aspetos qualitativos de soluções inovadoras para proprietários e gestores de edifícios públicos. Assim, serão prioritárias as ações incluídas no âmbito de projetos urbanos integrados, incluindo os relativos ao eixo urbano dos PO regionais FEDER, com o fim de reforçar a sua eficácia, criar sinergias e facilitar a capitalização de resultados entre programas.
3. Será estimulada a participação de empresas (PME), bem como os seus agrupamentos, gestores públicos e privados de parques de habitação social, ou localizados em bairros de intervenção prioritária de políticas nacionais de coesão social.

2.A.6.5 Indicadores de resultado (por prioridade de investimento) (PI 4c).

Quadro 11: Indicadores de resultados comuns e específicos do Programa (PI 4c)

Identificação	Indicador	Unidade de medida	Valor previsto (2023)	Fonte dos dados	Frequência dos relatórios
	Número de ferramentas, serviços e modelos energéticos desenvolvidos para melhorar as estratégias de eficiência energética dos edifícios	Nº	85	Relatórios de progresso dos projetos	Anual

RASCUNHEO

2.A.1. EIXO PRIORITÁRIO 4: PROMOVER A ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES
CLIMÁTICAS E A PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS

RASCUNHO

2.A.2 Fundamentação do estabelecimento de um eixo prioritário que abranja mais do que um objetivo temático.

n.a.

2.A.3 Fundo e base de cálculo do apoio financeiro da União

Será definido mais adiante

2.A.4 Prioridade de Investimento 5b (PI 5b).

Fomento do investimento para abordar os riscos específicos, garantia de preparação face às catástrofes e desenvolvimento de sistemas de gestão de catástrofes

2.A.5 Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e resultados esperados (PI 5b).

Objetivo Específico 1: Preparação de planos de prevenção, emergência e gestão de catástrofes e regeneração de zonas destruídas pelas mesmas

Resultados que os Estados-Membros pretendem conseguir com o apoio da União

Este objetivo específico centra-se tanto no apoio às ações que, em matéria de prevenção de riscos e ações de emergência em caso de catástrofes naturais, devem ser implementadas pelos agentes territoriais, tanto nas fases de adaptação, prevenção e de gestão do risco, como em ações que visem atenuar os efeitos causados pelos riscos naturais.

Um segundo grupo de ações consiste em estabelecer planos e programas comuns para o território SUDOE no que respeita aos riscos mais comuns em todo o território ou, pelo menos, em zonas comuns, de gestão conjunta, etc. O impacto dos riscos naturais costuma ter consequências que superam os limites geográfico-administrativos, como é o caso das secas, chuvas fortes ou inundações em territórios vastos, incêndios por causas climáticas gerais, riscos tecnológicos, etc.

Juntamente com os riscos naturais, os riscos tecnológicos constituem um fator crescente de risco. O objetivo em relação a esta variável consiste em apoiar o desenvolvimento de ferramentas de gestão do risco tecnológico, a sua deteção e redução, especificamente, dos riscos detetados com maior incidência no território elegível, atualmente e nas previsões para o futuro, tendo em vista minimizar ou fazer desaparecer os efeitos negativos desses riscos.

O desenvolvimento das ações descritas num ambiente de cooperação permite o desenvolvimento de protocolos de trabalho conjunto, a transferência de boas práticas e a resolução de problemas conjuntos. Será igualmente considerado o desenvolvimento de planos de ação conjunta em caso de catástrofes naturais com impacto numa parte significativa do território SUDOE e que necessitem de intervenções de coordenação transnacional, tais como planos de emergência.

Os sistemas de proteção civil devem estar preparados para os desafios futuros, mas também presentes em relação aos desastres naturais, que excedam os próprios conhecimentos e técnicas empregues até então. Por esse motivo, o objetivo temático incide na preparação de novas ferramentas e num desenvolvimento maior e mais preciso das já existentes, para poder oferecer uma capacidade de resposta e alerta mais precisa e rápida. Uma boa previsão é um fator fundamental nas ações de proteção civil, para evitar prejuízos e perdas, tanto humanas como económicas, e a implementação de ações em cooperação acrescenta valor ao desenvolvimento desta temática.

Além disso, pretende-se dinamizar o setor empresarial, em particular, as PME, através da criação de novas oportunidades resultantes da necessidade de uma nova gestão dos ecossistemas, gestão da água, aplicação de novos materiais inovadores, gestão das cadeias de fornecimento afetadas pelos riscos naturais, etc.

Quadro 12: Indicadores de resultados específicos do Programa (por objetivo específico) (PI 5b)

Identificação	Indicador	Unidade de medida	Valor de referência	Ano de referência	Valor previsto (2023)	Fonte dos dados	Frequência dos relatórios
	Estratégias transnacionais de gestão de riscos naturais no Espaço SUDOE	N.º estratégias	6	2013	8 (2 estratégias por risco identificado)	Relatórios de progresso dos projetos	Anual

2.A.6 Ações que serão financiadas no âmbito da prioridade de investimento (PI 5b).

2.A.6.1 Descrição da tipologia de ações que serão financiadas, com exemplos, ou o seu contributo previsto para os objetivos específicos, incluindo, se aplicável, a identificação dos principais grupos destinatários, dos territórios específicos, destinatários e dos tipos de beneficiários (PI 5b).

Esta secção descreve os tipos de ações que podem ser desenvolvidas dentro da prioridade de investimento de “Fomento do investimento para abordar os riscos específicos, garantia de resiliência frente às catástrofes e desenvolvimento de sistemas de gestão de catástrofes”:

1. Planos de emergência

As ações dirigidas ao reforço e divulgação dos resultados dos planos de emergência revelam-se de grande importância para reagir aos efeitos dos riscos naturais de forma rápida e eficaz. A abordagem dos planos de emergência tem um sentido especial e é muito útil no caso dos riscos partilhados entre os Estados do Programa, uma vez que a abordagem destes problemas excede os limites geográficos das fronteiras.

Como exemplos concretos destas ações, propõe-se o desenvolvimento de técnicas e metodologias de intervenção comumente aplicáveis por setores ambientais, por setores de atividade ou por tipos de territórios. Por sua vez, os planos relacionados com cada risco específico, pelo menos os mais destacados (seca, inundações, poluição) são os exemplos mais notórios.

2. Sistemas de alerta precoce

Os sistemas de alerta rápida permitem avançar na implementação dos dispositivos de segurança face à ameaça de desastres naturais, tais como inundações, períodos de seca ou de chuva intensa, épocas de intenso calor ou, em contrapartida, épocas de frio intenso.

Os sistemas de previsão são de enorme utilidade para este fim e são o primeiro dos exemplos de ações possíveis. Os sistemas de alerta de subida do nível da água e inundações, os relacionados com ventos fortes e tempestades; os que medem a degradação das camadas do solo; os que medem a poluição das águas subterrâneas e superficiais, bem como a sua quantidade e disponibilidade, são cruciais para manter a qualidade de vida da população.

Serão incorporadas ações que incidam sobre as técnicas e metodologias para e comunicar e capacitar a população, testando modelos de experiências bem sucedidas em territórios SUDOE. Desta forma, é possível melhorar a capacidade de reação dos cidadãos perante os

riscos concretos, tanto naturais como tecnológicos; a elaboração de sistemas uniformes de sinalética e normas.

Outros exemplos de sistemas de alerta referem-se à análise de comportamentos e fenómenos meteorológicos que permitam antecipar cada vez mais as grandes ameaças climáticas, de modo a poder prevenir ou, pelo menos, diminuir, os efeitos dessas catástrofes.

3. Desenvolvimento de ferramentas de gestão do risco

As ferramentas de gestão do risco compreendem uma série de elementos que, associados, permitem obter sistemas eficientes de previsão e prevenção. O risco é um elemento que pode ser mensurável e, portanto, precisa de sistemas de previsão e monitorização para poder propor soluções adequadas e adaptadas a cada caso, tanto na área dos riscos naturais como na dos riscos tecnológicos.

A título de exemplo, podem citar-se as seguintes ações: cartografia das áreas mais vulneráveis para ter um melhor conhecimento das mesmas; sistemas de informação geográfica, nos casos em que se disponha de um volume de informação suficiente; concetualização e conceção de metodologias e modelos de trabalho e intervenção conjunta; determinação e previsão de perigos; deteção de riscos em matéria hidrográfica; avaliação de impactos sanitários, ambientais, económicos, sociais; análise de riscos relativos ao desenvolvimento de atividades humanas; ações transnacionais de prevenção, alerta e gestão do risco associado aos sistemas de transporte e logísticos;...

Além disso, propõe-se incidir sobre as ações de sensibilização e informação da população e na gestão de catástrofes naturais e riscos tecnológicos, com a finalidade de poder atuar num primeiro momento e melhorar a coordenação dos meios de proteção civil, etc. com a população civil.

4. Ferramentas de apoio aos sistemas de observação, medição e prevenção que sejam transferíveis

Propõe-se o desenvolvimento de sistemas de apoio, como o desenvolvimento de bases cartográficas sólidas e precisas ou o desenvolvimento de sistemas mais avançados como os Sistemas de Informação Geográfica (SIG/GIS). Estes elementos, embora não sejam exatamente ferramentas de prevenção, são linhas orientadoras para o desenvolvimento de planos de emergência e atuações no terreno.

As ferramentas de otimização e partilha das técnicas e métodos dos planos de emergência, bem como dos dispositivos de intervenção precoce, devem dispor de um vasto conhecimento do terreno e da maior quantidade de informação possível para poder atuar com celeridade e eficazmente. Um bom exemplo é o caso dos incêndios florestais onde o conhecimento do terreno é fundamental no momento de estabelecer a estratégia de intervenção. Assim, o

conhecimento dos cursos atuais e históricos dos rios, em particular nas zonas de montanha, é fundamental para prever eventuais subidas esporádicas dos caudais fluviais e evitar a fixação de população em zonas de grande perigosidade.

O território SUDOE dispõe de exemplos notáveis de possíveis intervenções, relacionados com incêndios, inundações ou ventos fortes que podem ser analisados e medidos com o objetivo de obter os ajustes de intervenção necessários e de contribuir para a eficácia dos planos e estratégias de prevenção.

5. Ferramentas e metodologias de regeneração de solos danificados por desastres naturais

Os solos sofrem de forma notória no Espaço SUDOE os efeitos resultantes das consequências de desastres naturais e dos riscos mais notórios, sob a forma de perda das camadas mais férteis por inundações ou erosão, bem como pela má gestão do solo derivado da intervenção posterior a estes desastres naturais. O Programa fomentará ações conjuntas que permitam melhorar o tratamento dos solos afetados por catástrofes e desastres naturais, em particular, pela erosão, pelas inundações e pelos incêndios florestais e que sejam apropriadas num âmbito transnacional.

Resultados esperados: Com a tipologia de ações descrita, pretende-se alcançar o desenvolvimento de uma maior coordenação em matéria de planos de prevenção e de gestão de catástrofes e ferramentas de deteção precoce, que permita abordar de uma forma mais integrada e homogénea a resposta perante as catástrofes, num âmbito especialmente sensível do ponto de vista do meio ambiente, como é o Espaço SUDOE.

Beneficiários:

- Entidades públicas: autoridades nacionais, regionais e locais; agências de desenvolvimento; serviços ambientais; unidades especializadas em gestão de riscos; unidades de planificação urbana e de ordenamento do território; agências ambientais; institutos de meteorologia e similares; parques naturais (regionais, nacionais); autoridades de proteção civil.
- Associações empresariais ou empresas: especializadas em diagnósticos territoriais, análise de impactos, avaliações territoriais, análise de prejuízos, etc.; associações ou clusters especializados nos setores mais afetados pelos principais riscos naturais ou tecnológicos; institutos de investigação.

Âmbito geográfico: Não se propõe uma abordagem territorial específica para a aplicação desta tipologia de ações, recomendando-se uma forte implicação de agentes públicos e representantes de setores especializados, com o objetivo de desenvolver protocolos de

trabalho conjuntos, facilmente exportáveis para o conjunto do Espaço SUDOE e outros ambientes com problemáticas similares.

2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção de operações (PI 5b).

Para a prioridade de investimento 5b, as diretrizes propostas para a seleção de operações estão de acordo com o descrito de cada objetivo específico e incluem:

1. Espaços naturais, áreas urbanas e rurais: serão consideradas prioritárias as ações que impliquem ações de prevenção em zonas naturais protegidas e espaços urbanos e rurais com elevado grau de sensibilidade natural e populacional, que respondam a critérios comuns de gestão do risco e a intervenções similares nos Estados.
2. Riscos que ultrapassem o alcance regional ou nacional: serão consideradas prioritárias as ações que impliquem um impacto que ultrapasse o mero alcance regional ou nacional e sem as quais não é possível uma intervenção cooperativa, eficaz e eficiente sobre esse risco; ou seja, serão considerados prioritários os projetos sobre riscos, cujos fatores externos ultrapassem claramente o âmbito fronteiriço e requeiram medidas de intervenção conjunta para garantir o seu êxito.
3. Será dada prioridade às intervenções que abordem problemas intersectoriais e transregionais fundamentais.
4. Serão fomentados os projetos que apresentem uma elevada capacidade de demonstração e transferibilidade para outras zonas do Espaço SUDOE e para outros espaços de cooperação.
5. Ações em que se envolva a população civil e a participação dos cidadãos, tanto do ponto de vista da planificação, deteção de riscos, como no que se refere a aspetos da atuação perante catástrofes naturais e tecnológicas, tais como ações de formação e qualificação preventiva.

2.A.6.5 Indicadores de resultado (por prioridade de investimento) (PI 5b).

Quadro 13: Indicadores de produtividade comuns e específicos do Programa (PI 5b)

Identificação	Indicador	Unidade de medida	Valor previsto (2023)	Fonte dos dados	Frequência dos relatórios
	População que beneficia das medidas de proteção contra os riscos naturais	N.º pessoas	20% da população do Espaço SUDOE	Relatórios de progresso dos projetos	Anual

RASCUNHO

2.A.1. EIXO PRIORITÁRIO 5: PROTEGER O MEIO AMBIENTE E PROMOVER A
EFICIÊNCIA NO QUE RESPEITA AOS RECURSOS

2.A.2 Fundamentação do estabelecimento de um eixo prioritário que abranja mais do que um objetivo temático.

n.a.

2.A.3 Fundo e base de cálculo do apoio financeiro da União

Será definido mais adiante

2.A.4 Prioridade de Investimento 6c (PI 6c).

Proteção, promoção e desenvolvimento do património cultural e natural.

2.A.5 Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e resultados esperados (PI 6c).

Objetivo Específico 1: Melhorar a valorização económica do património natural e cultural comum destacável numa lógica de desenvolvimento sustentável

Resultados que os Estados-Membros pretendem conseguir com o apoio da União

O diagnóstico refere a necessidade de reduzir o impacto da atividade humana em regiões caracterizadas por um elevado nível de recursos culturais e ambientais e que, ao mesmo tempo, estejam sujeitas a uma forte pressão antrópica. Além disso, o setor turístico e o património natural e cultural são de grande importância no desenvolvimento económico do Espaço SUDOE, uma vez que este se baseia em grande parte na qualidade ambiental e patrimonial do território. Estes aspetos mostram a importância desta prioridade de investimento no PO.

Através deste objetivo específico, o Programa promove o desenvolvimento de ações que fomentem, por um lado, a redução do impacto da atividade humana sobre o património cultural e natural, bem como a consciencialização das obrigações ambientais nas zonas turísticas e em setores de exploração florestal e agrícola. Por outro lado, pretende estimular-se a restauração e a valorização do património, bem como a melhoria das competências dos

agentes no desenvolvimento de práticas inovadoras e na criação de valor acrescentado através da exploração turística ou dos recursos naturais. Deste modo, propõe-se contribuir para o desenvolvimento económico do território, favorecendo-se o controlo no impacto sobre os recursos naturais e, com isto, favorecer o fomento de soluções que visam reduzir o conflito em relação à utilização e à preservação do património natural e cultural próprio deste espaço.

Os resultados esperados mais significativos são o desenvolvimento de estratégias e planos de gestão sustentáveis dos recursos naturais ou do turismo e a valorização em termos económicos dos espaços naturais e culturais.

Quadro 14: Indicadores de resultados específicos do Programa (por objetivo específico) (PI 6c)

Identificação	Indicador	Unidade de medida	Valor de referência	Ano base	Valor previsto (2023)	Fontes dos dados	Frequência dos relatórios
	Número de estratégias / planos de gestão melhorados, para a valorização económica dos recursos naturais e culturais.	Nº	12	2013	12	Relatórios de progresso dos projetos	Anual

2.A.6 Ações que serão financiadas no âmbito da prioridade de investimento (PI 6c).

2.A.6.1 Descrição da tipologia de ações que serão financiadas, com exemplos, e o seu contributo previsto para os objetivos específicos, incluindo, se aplicável, a identificação dos principais grupos destinatários, dos territórios específicos, destinatários e dos tipos de beneficiários (PI 6c).

Esta prioridade de investimento desenvolve-se através dos seguintes tipos de ações :

- Fomento de estratégias de desenvolvimento sustentável e de atenuação do impacto ambiental em espaços turísticos e exploração económica de zonas naturais (maciço florestal, zonas agrícolas, abastecimento de água,...).

Incluem-se as estratégias de turismo sustentável e planos de gestão sustentável dos recursos que incorporem ações orientadas para a atenuação do impacto da atividade

humana (consumo de água, consumo energético, consumo territorial, conflito de utilização).

Será ainda promovido o estabelecimento ou o reforço dos acordos adotados para a implementação de soluções que tenham em conta o desenvolvimento sustentável, a melhoria dos sistemas de *governance*, a adaptação das estratégias territoriais de desenvolvimento e mobilização dos responsáveis políticos, operadores técnicos e utilizadores. Serão especialmente promovidas as seguintes ações: identificação de práticas, análise transnacional entre diferentes setores geográficos que sejam comparáveis, processos públicos de consulta e estabelecimento de estratégias e de planos de ações.

- **Ações dirigidas à melhoria do conhecimento do património cultural e natural comum e do potencial económico das zonas naturais.**

Inclui ações de inventário, intercâmbios de aquisição de informação, realização de estudos, avaliação e diagnóstico ambiental e patrimonial e criação de observatórios à escala do Programa.

- **Ações de criação e promoção de produtos turísticos do património natural e cultural reconhecido a nível internacional**

Inclui a promoção, comunicação e comercialização de produtos turísticos comuns baseados no património natural e cultural que promovam o crescimento da economia verde através da eco-inovação e da eco-eficiência, ou que valorizem os recursos naturais com o objetivo de apoiar o eco-turismo. Assim, serão promovidas as ações dirigidas ao desenvolvimento de um turismo que integre a preservação e salvaguarda do património natural, cultural e económico e que limite a dependência ou o impacto do efeito sazonal. Incluem-se ainda as ações piloto dirigidas ao restauro e à preservação do património, monumentos históricos (UNESCO), paisagens (incluindo agrícolas), locais naturais reconhecidos (grandes áreas, parques naturais, reservas naturais, etc...) ou zonas de alta riqueza ao nível de fauna e flora, com o objetivo da valorização económica de destinos turísticos e o reforço da visibilidade e identidade do Espaço SUDOE. As ações previstas terão como público alvo, em particular, os agentes chave do setor turístico (incluindo o património cultural e ambiental): autoridades locais, serviços ambientais e turísticos; e por outro lado, os responsáveis pelo desenvolvimento económico do território a nível regional, tais como agências de desenvolvimento e operadores económicos.

- **Ações de valorização económica de produtos resultantes da exploração florestal e de recursos naturais.**

As florestas e terrenos agrícolas cobrem uma grande parte da zona SUDOE e têm um papel importante nas questões económicas e ambientais do espaço. As atividades florestais e agroalimentares constituem potencialidades específicas que devem ser reforçadas através da cooperação. Para o efeito, as ações apoiadas pelo PO podem

desenvolver experiências piloto que promovam a valorização dos recursos naturais (no âmbito de um protocolo de gestão integrada de zonas florestais, por exemplo); a constituição de atividades transnacionais (denominações de origem, redes, etc.) que reforcem a criação de canais de escoamento para os produtos relacionados com a exploração dos recursos locais, bem como a melhoria da sua utilização na construção, na energia, na alimentação, etc. incluindo os produtos residuais agrícolas e florestais.

As ações que podem ser apoiadas estão relacionadas com o conjunto da cadeia de valor (desde a produção até ao mercado) e, deste modo, favorecem o desenvolvimento e a melhoria de práticas e técnicas relacionadas com a agricultura e a exploração florestal (e a valorização económica dos resíduos). Incluem-se ainda os projetos piloto de ações com caráter inovador. Os tipos de ações incluídos nesta prioridade são direcionados para a utilização racional dos recursos (água, pesqueiro, florestal, cultivos domésticos, genéticos, minerais) e para a reciclagem com o objetivo de diminuir a produção de resíduos, para o emprego de tratamentos, para as emissões de poluição atmosférica e para a poluição dos solos e da água. Para este tipo de projetos de grande envergadura, a prioridade serão as atividades cujo impacto ultrapasse a mera escala regional e nacional e que a sua aplicação tenha um caráter amplificador no que respeita à cooperação, para poder ser realizada de forma eficaz

Resultados esperados: Entre os principais resultados destacam-se: a redução do impacto da atividade humana sobre o património cultural e natural, bem como a consciencialização das obrigações ambientais das zonas turísticas; restauração e valorização do património e melhoria das competências dos agentes no desenvolvimento de práticas inovadoras, aumento da frequência de visitas aos locais naturais e culturais, fora da época alta.

Beneficiários

- Organismos públicos : autoridades nacionais, regionais ou locais e os seus agrupamentos (aglomerações) incluindo à escala transnacional (Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT), redes de parques, reservas naturais, coletividades, locais turísticos; estabelecimentos públicos de gestão (parques naturais, reservas naturais); serviços de desenvolvimento económico, ambiental e turístico; agências de desenvolvimento, universidades, institutos de investigação; agências de desenvolvimento regional e local.
- Operadores económicos e empresas, ONG: especialistas no setor turístico, ambiental, de melhoria do desenvolvimento local e territorial

Âmbito geográfico: Não se propõe uma abordagem territorial específica para a aplicação destas tipologias de ações; recomenda-se a participação de agentes das zonas naturais emblemáticas e turísticas do Espaço SUDOE, bem como territórios com um elevado nível de património histórico e cultural.

2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção de operações (PI 6c).

Para a prioridade de investimento 6c, as diretrizes propostas para a seleção de operações estão de acordo com o teor de cada objetivo específico e incluem:

1. As operações estarão relacionadas com as estratégias regionais e interregionais e serão inscritas em ações de gestão integrada. Para o efeito contarão com a participação das autoridades públicas e de agentes com capacidade para implementar os resultados dos projetos a grande escala.
2. As ações serão dirigidas aos espaços mais frágeis devido à atividade do homem e às grandes áreas do SUDOE que se destacam pelo seu património cultural e natural, bem como pelos seus atrativos.
3. Os projetos que se desenvolvam deverão ter uma forte capacidade demonstrativa e um interesse significativo a nível transnacional, de modo a que os resultados possam ser transferidos para outras zonas do Espaço SUDOE e para outros espaços de cooperação, demonstrando o elevado valor que a cooperação acrescenta ao seu desenvolvimento.
4. Qualquer ação de valorização proposta deverá demonstrar a sua aposta no desenvolvimento sustentável e serão considerados prioritários os aspetos de preservação e de atenuação do impacto. As ações de promoção, criação de marca, comercialização, etc, deverão ser coerentes com as estratégias territoriais e nacionais na matéria.

2.A.6.5 Indicadores de resultado (por prioridade de investimento) (PI 6c).

Quadro 15: Indicadores de resultado comuns e específicos do Programa (PI 6c)

Identificação	Indicador	Unidade de medida	Valor previsto (2023)	Fonte dos dados	Frequência dos relatórios
	Número de locais apoiados/valorizados inscritos em processos de gestão de desenvolvimento sustentável ou de preservação do meio ambiente e a atenuação do impacto das atividades humanas.	N.º locais	50	Relatórios de progresso dos projetos	Anual

2.A.4 Prioridade de Investimento 6d (PI 6d).

Proteção e recuperação da biodiversidade e do solo e promoção de serviços relacionados com o ecossistema, incluindo a rede NATURA 2000 e as infraestruturas verdes

2.A.5 Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e resultados esperados (PI 6d).

Objetivo Específico 1: Preservar e recuperar a biodiversidade de locais naturais do SUDOE com o objetivo de manter a qualidade ecológica dos espaços, o bem-estar e a qualidade de vida.

Este objetivo centra-se em fomentar a responsabilidade em matéria de conservação da biodiversidade e dos ecossistemas. Para o efeito, procura-se superar o seguinte desafio: conciliar a preservação da biodiversidade com o desenvolvimento. Nesse sentido, trata-se de preservar o capital natural e patrimonial, sendo ambos fatores de desenvolvimento e de atração, através do fornecimento de serviços relacionados com o ecossistema, que possam servir de fonte de criação de emprego, sem risco de deslocalização (eco-turismo, engenharia ecológica, atividades agrícolas e florestais...)

Para o efeito, a implementação de estratégias conjuntas de proteção e restauro dos ecossistemas, para além das ações de conservação, gestão e valorização a partir de uma visão transnacional dos diversos espaços naturais do âmbito SUDOE (zonas de montanha e parques naturais, rios, lagos e a sua envolvente, entre outros) são fundamentais para poder melhorar a planificação de uma política de desenvolvimento sustentável a médio e longo prazo. Do mesmo modo, as ações de comunicação e sensibilização permitem uma maior tomada de consciência em benefício da proteção e conservação do meio ambiente.

São previstas duas tipologias de resultados: por um lado, a maior consciencialização da qualidade ecológica dos espaços, habitats e espécies emblemáticas e ameaçadas, através do desenvolvimento de ações de ordenamento e desenvolvimento, bem como de planificação territorial, e por outro, um melhor funcionamento dos sistemas ecológicos e dos serviços realizados nas zonas naturais a médio e longo prazo.

Esta prioridade de investimento pode contribuir de forma significativa para o seguinte:

- A manutenção de ecossistemas, proteção e restauro dos meios naturais ou semi-naturais urbanos, periurbanos, rurais ou do litoral, para além da conservação da qualidade das paisagens e dos espaços naturais como fator de atração do território.
- A possibilidade de ter em consideração nos documentos de planificação uma aposta forte na continuidade ecológica, com o fim de desenvolver uma visão sustentável do ordenamento do território, para além da gestão concertada das zonas naturais e dos recursos (água, madeira/florestal, solos, etc.)

Quadro 16: Indicadores de resultados específicos do Programa (por objetivo específico) (PI 6d)

Identificação	Indicador	Unidade de medida	Valor de referência	Ano de referência	Valor previsto (2023)	Fonte dos dados	Frequência dos relatórios
	Número de estratégias / planos de gestão melhorados, participando na proteção dos locais naturais emblemáticos.	N.º	10	2012	12	Relatórios de progresso dos projetos	Anual

2.A.6 Ações que serão financiadas no âmbito da prioridade de investimento (PI 6d).

2.A.6.1 Descrição da tipologia de ações que serão financiadas, com exemplos, ou o contributo previsto para os objetivos específicos, incluindo, se aplicável, a identificação dos principais grupos destinatários, dos territórios específicos, destinatários e dos tipos de beneficiários (PI 6d).

Melhorar o estado da biodiversidade e das ações levadas a cabo no ecossistema, através da cooperação transnacional, pressupõe o desenvolvimento de atividades de intercâmbio de conhecimento e de práticas dirigidas à melhoria da eficácia dos investimentos e do modo de gestão, respondendo assim a uma aposta no restauro e preservação da qualidade ecológica do território. Em particular, uma vez que se trata de ações de adaptação de práticas de ordenamento e de gestão realizadas em diferentes ambientes naturais, isto permite uma forte aposta no património e na continuidade ecológica com o objetivo prioritário de restauro e preservação do ambiente.

Os intercâmbios, estudos e ações desenvolvidos no âmbito de projetos de cooperação devem permitir definir as medidas mais eficazes que devem ser implementadas para conseguir o objetivo de preservação e valorização da biodiversidade do meio natural e a sua contribuição para a promoção de uma economia verde através da eco-inovação e da eco-eficiência.

Os diferentes tipos de ações propostos são:

- **Definição, implementação de estratégias conjuntas de proteção e recuperação dos ecossistemas, e gestão integrada dos recursos e zonas naturais**

O Programa apoiará em particular a realização de planos de gestão de espaços protegidos com o objetivo de enquadrar as intervenções num âmbito concertado. Será também fomentada a elaboração de documentos de planificação e a implementação de ações de proteção e preservação de espaços naturais, espécies e habitats protegidos, bem como medidas para abordar os problemas de erosão, desertificação, desflorestação e da matéria orgânica presente no solo. As ações poderão incorporar os ambientes naturais localizados em zonas urbanas e periurbanas.

Assim, as ações a desenvolver incidirão sobre o intercâmbio e a cooperação, favorecendo a coordenação dos agentes e o reforço das suas competências, bem como a partilha de conhecimentos, com o objetivo de conseguir uma utilização racional dos recursos naturais e, em particular, da água. Para o efeito, prevê-se a promoção de estratégias integradas de gestão e de *governance*, contribuindo para a luta contra a poluição no meio aquático, a melhoria da qualidade dos recursos hídricos e o fomento de práticas agrícolas que favoreçam a preservação e a reconquista de zonas húmidas, especialmente à escala transnacional (bacias hídricas comuns).

- **Melhoria de conhecimentos**

O Programa apoiará a cooperação, o intercâmbio de experiências, práticas e a realização de estudos cujo interesse ultrapasse o mero âmbito local. O objetivo é melhorar o nível de proteção e o estado de conservação do habitat natural terrestre, aquático e marítimo, bem como os espaços naturais e locais protegidos de interesse significativo para além da melhoria do conhecimento e da gestão. O Programa poderá apoiar também ações que permitam comparar as normativas e os níveis de qualidade dos recursos, bem como os observatórios transnacionais.

- **Criação de ferramentas de trabalho conjuntas/partilhadas**

Prevê-se a criação destas ferramentas com o objetivo de favorecer a observação e o acompanhamento de espaços naturais e de espécies e, deste modo, permitir a utilização de recursos naturais, estabelecendo indicadores que conduzam à redução da sua utilização, bem como o desenvolvimento de ações em matéria de impacto ambiental que permitam reduzir o impacto ecológico. A cooperação transnacional deve gerar economias de escala na realização

destas ferramentas, e permitir a partilha de meios e competências, modelos, produtos e soluções operacionais. Como resultado do seu desenvolvimento, este permitirá a melhoria da gestão das zonas naturais, o restauro dos ecossistemas e o tratamento da poluição da água e dos solos, em diferentes zonas do espaço SUDOE.

- **Realização de projetos piloto de ordenamento ou trabalhos de engenharia ecológica dirigidos ao estabelecimento uma rede de continuidade ecológica (linha verde e azul), incluindo as zonas urbana e periurbana.**

Propõe-se, entre outras, as seguintes ações : supressão ou contenção de barreiras à continuidade ecológica, restabelecimento da continuidade ecológica dos cursos da água, restauro e gestão de meios degradados de modo a apoiar o restabelecimento do funcionamento dos ecossistemas e a continuidade ecológica (zonas húmidas, corredores ecológicos, reservas de biodiversidade..) ações em matéria de gestão e restauro das infraestruturas ecológicas necessárias para o desenvolvimento sustentável de ambientes protegidos ou identificados nos documentos de planificação e de coerência ecológica

Resultados esperados: Melhoria da tomada de consciência sobre a qualidade ecológica dos habitats e espécies emblemáticas e ameaçadas na planificação territorial, e melhoria do funcionamento ecológico e dos serviços realizados nas zonas naturais a longo prazo.

Beneficiários

- Organismos públicos : autoridades nacionais, regionais ou locais e os seus agrupamentos (aglomerações) incluindo à escala transnacional (Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT), redes de parques, reservas naturais, coletividades, locais turísticos); estabelecimentos públicos de gestão (parques naturais, reservas naturais, sindicatos de gestão); serviços de desenvolvimento económico, ambiental e turísticos; agências de desenvolvimento, Universidades, Institutos de investigação; agências de desenvolvimento regional e local.
- Operadores económicos e empresas: sobretudo, especialistas no setor turístico, ambiental, de melhoria de desenvolvimento local e territorial, associações sindicais agrícolas e pecuárias, câmaras consulares.
- ONG e redes pertinentes.

Âmbito geográfico: Não se propõe um âmbito territorial específico para a aplicação destas tipologias de ações; recomenda-se uma forte participação de agentes das zonas naturais emblemáticas do Espaço SUDOE.

2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção de operações (PI 6d).

Para a prioridade de investimento 6d, as diretrizes propostas para a seleção de operações estão de acordo com o teor de cada objetivo específico e inclui:

1. As operações estarão relacionadas com as estratégias regionais e locais e serão inscritas em ações de gestão integrada. Contarão para o efeito com a participação das autoridades públicas e de agentes com capacidade para divulgar os resultados dos projetos a grande escala.
2. Espaços naturais da REDE NATURA 2000 ou integrados em zonas de proteção ou de alta qualidade ecológica: a prioridade será dada às atividades que impliquem zonas e espaços incluídos e catalogados dentro da Rede Natura 2000, e que respondam a critérios de alta qualidade ecológica, ambiental e paisagística, ou que sejam emblemáticos no Espaço SUDOE: sítios protegidos e/ou situados dentro do território (Parques Naturais, Reservas, zonas naturais de aglomerações)
3. Em projetos de grande envergadura, a prioridade irá para as atividades cujo impacto ultrapasse a mera escala regional nacional e que sem a sua aplicação num ambiente de cooperação não poderiam realizar-se de forma eficaz. Ou seja, destacam-se os projetos que requeiram a colaboração para garantir o seu êxito, tais como os observatórios transnacionais que deverão ser limitados para reforçar o seu impacto e visibilidade.
4. Os projetos que serão desenvolvidos devem ter uma forte capacidade demonstrativa e um interesse significativo a nível transnacional, de modo a que os resultados possam ser transferidos para outras zonas do Espaço SUDOE e para outros espaços de cooperação, demonstrando deste modo o elevado valor que a cooperação acrescenta ao seu desenvolvimento. Serão prioritárias as intervenções que abordem problemas novos e/ou emblemáticos, intersectoriais e partilhados à escala transnacional.

As modalidades de seleção exatas serão definidas na ordem de publicação da convocatória de projetos prevista.

2.A.6.5 Indicadores de produtividade (por prioridade de investimento) (PI 6d).

Quadro 17: Indicadores de resultado comuns e específicos do Programa (PI 6d)

Identificação	Indicador	Unidade de medida	Valor previsto (2023)	Fonte dos dados	Frequência dos relatórios
	Número de ferramentas e modelos desenvolvidos para a melhoria do conhecimento, da gestão e da qualidade ecológica dos espaços do SUDOE	N.º ferramentas	12	Relatórios de progresso dos projetos	Anual

RASCUNHO